

A Constituição de 1946: Precedentes e Elaboração

André Felipe Véras de Oliveira

Juiz de Direito TJ/RJ. Especialista “lato sensu” em História Moderna e em História Contemporânea (UFF).

1. INTRODUÇÃO

Por que, em pleno século XXI, haveria de guardar alguma importância um artigo sobre o processo histórico de elaboração da Constituição de 1946? Como inscrever um estudo dessa natureza nas páginas de uma revista que, de regra, se destina a um público leitor cada vez mais interessado na troca de experiências técnico-profissionais entre os vários operadores do Direito do que propriamente em revisitar temas para os quais os cursos e tratados da área jurídica normalmente não dedicam muitas páginas? Talvez essas indagações estejam a assaltar você, caro companheiro, que agora folheia a conceituada revista que tem nas mãos. Permita-me, porém, justificar em brevíssimas linhas o esforço de minha escrita.

Vivemos em um momento de crises. Crise do racionalismo. Crise da legitimidade da sociedade de mercado (que gera, como de fato vem gerando, doenças sociais graves e das quais são exemplos sensíveis o consumismo, o superendividamento e a relativização cada vez mais acentuada do “ser” pelo “ter”). Crise das certezas. Crise, enfim, da modernidade, essa era consolidada a partir das revoluções liberais do século XVIII e que, nas últimas décadas, cedeu lugar a um mundo turbulento, reducionista e veloz que identificamos, em linguagem ainda insatisfatória, como “pós-moderno”. A história, que é o estudo da evolução social, deve ser a chave para a descoberta de novos e melhores caminhos, pelos quais deverão trilhar, dentre outros, os operadores da ciência jurídica dotados de uma compreensão mais clara da realidade e menos romântica

de um fantasioso Direito autopoietico, absoluto, que se baste a si mesmo, distante de sua causa geradora (as relações de poder), hermético e despido de vasos comunicantes com os outros diferentes campos do saber humano. Nessa toada, não há como negar validade à velha e conhecida constatação do liberal-conservador espanhol Juan Donoso Cortés, que viveu no século XIX: quem controla o passado, controla o futuro. O período histórico abordado no texto que se seguirá guarda, a um só tempo, alguns pontos de ruptura e muitos traços de continuidade com a época atual da vida brasileira, em que outra Constituição (1988), bem mais avançada (mas também nascida em tempos de pós-ditadura), rege a nossa sociedade contemporânea.

Acredito na história - e, lógico, na história do Direito - como um poderoso instrumento para a transformação social. Conhecer a história é saber quem somos e de que modo podemos prosseguir na longa e sinuosa marcha dos avanços e revezes que marcam, invariavelmente, o desenvolvimento da coletividade humana. Não há perenidade. É como leciona o intelectual português Boaventura de Souza Santos: “Em vez de eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente” (SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Lisboa: Afrontamento, 1997, p. 28).

Então, vamos ao texto.

2. O MUNDO EM PAZ: A QUEDA DO EIXO¹ E O FIM DA SEGUNDA GUERRA

*“Perdoe-nos, ó Imperador; nosso esforço não foi suficiente!”
(Coro de súditos de Hiroito, ajoelhados diante do Palácio*

¹ Eixo foi o nome pelo qual se tornou conhecida a aliança político-militar estabelecida entre a Itália, a Alemanha e o Japão, países que lutaram contra os Aliados na Segunda Guerra. Foi a 25/10/1936 que Mussolini e Hitler assinaram o tratado que oficializou a formação do

Imperial de Tóquio, na capital do Japão, após o anúncio da rendição incondicional do país).

Domingo, 09h04m da manhã do dia 02/09/1945. Baía de Tóquio. Oficialização da rendição do Japão, em cerimônia acontecida no interior do couraçado norte-americano “USS Missouri”. Vitória definitiva dos Aliados². Fim da Segunda Guerra Mundial, que deixou para trás um saldo aproximado de cinquenta milhões de mortos em seis anos de conflito.

2.1. Histórico da rendição japonesa: os últimos dias da guerra no Pacífico.

Em 1926, Hiroíto ascendeu ao trono imperial japonês. Foi o início da “Era Showa”³. Naquela época, o Japão já exibia uma economia industrial em franco crescimento, embora o início dos anos 1930 haja sido marcado por crises. As principais: a) a quebra da bolsa de Nova York em 1929, fato que afetou, a exemplo de outros países, importantes grupos empresariais nacionais do Japão, e b) a perda da safra agrícola em 1931, resultado das vigorosas ondas de frio havidas naquele ano. A retomada do progresso econômico,

Eixo Roma-Berlim. O Japão ingressou nessa coalisão um pouco mais tarde, em 27/09/1940. A partir daí, formou-se o Eixo Roma-Berlim-Tóquio.

² Os Aliados foram o conjunto das forças militares dos países que lutaram contra a Alemanha, a Itália e o Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Tinham como principais membros a Inglaterra, a França, a URSS e os EUA. Inicialmente, Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha, após a invasão da Polônia pelo exército nazista em 01/09/1939. Em 22/06/1941, com a invasão simultânea da Lituânia, da Letônia, da Rússia e da Ucrânia pelas tropas de Hitler (Operação Barbarossa), a URSS ingressou na briga ao lado dos Aliados. Em 07/12/1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor, foi a vez dos EUA também tomarem parte na luta ao lado dos ingleses, dos franceses e dos soviéticos. Outros países, em torno de 50, chegaram a colaborar, de algum modo, com os esforços de guerra dos Aliados no decorrer dos combates, cedendo tropas e/ou apoio logístico (bases militares e linhas de suprimento, por exemplo).

³ Cada imperador que assume o trono japonês dá, por tradição, nome a uma era, e assim, de era em era, vai se dividindo a história do Japão. Hiroíto, entronado em 25/12/1926 como 124.º imperador do Japão, deu início à “Era Showa”, que perdurou até a sua morte em 07/01/1989. Esse foi, até hoje, o mais longo reinado do Japão, país que atualmente vive a “Era Heisei”, do Imperador Akihito. O nome “Showa”, em japonês, significa “Paz Iluminada”.

segundo o governo, dependia da expansão territorial do país, carente, em grande parte, de recursos naturais estratégicos para a indústria, como o ferro, o carvão, a borracha e o petróleo, além, é claro, de melhores espaços para uma eficiente produção agrícola.

Em 1931, o Japão invadiu o território chinês da Manchúria (região rica em reservas de carvão e ferro). O “Incidente de Mukden”, sabotagem ferroviária acontecida na cidade de Mukden (hoje Shenyang) em 18/09/1931, foi o pretexto engendrado pelos japoneses para a legitimação do ato de invasão militar à China. O passo seguinte foi a instalação, em 01/03/1932, de um “Estado-fantoches” na Manchúria denominado Manchukuo, controlado, obviamente, pelo Império do Japão.

Em janeiro de 1933, o Japão ampliou os domínios territoriais de Manchukuo, anexando-lhe a província chinesa de Jehol. Como a China recorrera com sucesso à Liga das Nações (precursora da ONU), no dia 27/03/1933 o Japão se retirou daquela organização internacional.

Em 1934, o Japão apoiou a formação de um “Conselho Autônomo” na região da Mongólia interior, no nordeste da China e, em 1936, enfim, fundou no território chinês mais um “Estado-fantoches” a serviço de seu trono imperial: Mengjiang.

Em julho de 1937, o Japão tomou Pequim e declarou guerra total à China. Foi o início da “Segunda Guerra Sino-Japonesa” (a “Primeira Guerra Sino-Japonesa” havia sido travada nos anos 1894-1895 e visou ao controle da Coreia, que, por sua vez, acabou anexada ao Japão em 1910).

Em agosto de 1937, o exército japonês tomou Xangai. Mais de 250 mil chineses morreram na operação. Em dezembro de 1937, o Japão invadiu Nanquim. O “Massacre de Nanquim”, como a invasão ficou conhecida, resultou na morte de cerca de 300 mil chineses.

Em fevereiro de 1939, o Japão invadiu a Ilha de Hainan, colônia francesa ao sul da província de Cantão. O ataque àquela ilha foi o primeiro do Japão que se voltara contra uma possessão europeia no Pacífico. Em maio de 1939, o Japão invadiu a Mongólia exterior, mas recuou ante a fronteiriça resistência soviética. Em setembro de 1940, o Japão se aliou ao Eixo; e em dezembro de 1941, atacou bases navais norte-americanas em Pearl Harbor, no Havaí. O

ataque a Pearl Harbor foi o acontecimento histórico que, de um lado, determinou o ingresso dos EUA na Segunda Guerra Mundial e, de outro, inaugurou o período conhecido como “guerra do Pacífico”. Sobre Pearl Harbor, pontua Célia Sakurai: “O ataque a Pearl Harbor foi fruto do ambicioso plano japonês de criar a Grande Esfera da Co-Prosperidade da Ásia Oriental - uma ideia lançada em agosto de 1941 para justificar suas ações no continente asiático. Pela proposta, com o Japão à frente, os países asiáticos se uniriam para desalojar qualquer influência ocidental - política, econômica e cultural - de suas terras. (...). Nessa ideia não há proposta de igualdade, mas de ordem. E não há espaço para muitas visões de mundo, mas uma visão unificada sob a ótica e o comando do Japão. Por trás dela estavam, na realidade, as elites japonesas aliadas ao governo, que cobizavam o controle das fontes de matéria-prima, pensando também na possibilidade de alargar suas exportações e implantar com grandes vantagens seus negócios pela Ásia” (SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 188).

Em março de 1942, o Japão conquistou a Indonésia, até então colônia holandesa, e a “guerra do Pacífico” (1941-1945) foi, assim, se desenvolvendo de modo amplamente favorável ao Japão até a Batalha de Midway, em junho de 1942. A derrota japonesa em Midway, um atol localizado a 300 milhas a noroeste do Havaí, representou o início da virada dos Aliados na guerra, pois a Marinha Imperial do Japão sofreu ali revezes tão graves que o país praticamente teve de continuar combatendo os seus inimigos valendo-se, pelos anos seguintes, de uma força naval secundária. Segundo Paul Glynn, “o Japão perdeu quatro grandes porta-aviões e o melhor de sua força aérea, e até o fim da guerra os japoneses não conseguiram recuperar as ações navais” (GLYNN, Paul. **Um hino a Nagasaki**. São Paulo: Loyola, 1998, p. 133).

Em março de 1945, após violentíssima batalha que tivera início no mês anterior, os EUA tomaram Iwo Jima, uma ilha vulcânica localizada a 750 milhas ao sul de Tóquio. Grande foi a importância estratégica dessa conquista, pois a ilha, que de base aérea japonesa foi transformada em base aérea norte-americana, encurtou o voo dos aviões do Corpo Aéreo do Exército dos EUA ao território japonês e permitiu a massificação dos bombardeios contra aquele

país. Muitas das missões de ataque foram levadas a cabo pelos temíveis aviões quadrimotores norte-americanos “B-17” e “B-29”, que eram alcunhados de “fortalezas voadoras” em razão da significativa capacidade de que dispunham no transporte e lançamento de pesadas quantidades de ogivas incendiárias. Em pouco tempo, escombros se impuseram às paisagens de importantes centros urbanos japoneses como Tóquio, Kobe, Osaka, Nagoya e Yokohama.

Em julho de 1945, com a guerra concentrada exclusivamente no Pacífico (não havia mais operações militares na Europa), os norte-americanos exigiram, sem êxito, a rendição do Japão.

Em agosto de 1945, no dia 6, a cidade de Hiroshima conheceu os horrores da bomba atômica⁴. Nunca se vira na história, até aquele momento, uma arma com tão vasto poder de destruição. A explosão e as subseqüentes ondas de calor e radiação deixaram, em poucos minutos, um saldo aproximado de 140 mil mortos, vale dizer, três quintos da população local. No dia 8 daquele mês, a URSS declarou guerra ao Japão e assumiu posições militares na província chinesa da Manchúria, que desde o já citado “Incidente de Mukden”, em 1931, vinha se mantendo sob rígido controle japonês. No dia seguinte (dia 9), um novo horror nuclear se abateu sob o Japão. O alvo, dessa vez, foi a cidade de Nagasaki, onde cerca de 80 mil pessoas desapareceram quase que instantaneamente.

Temendo pelo lançamento de uma terceira bomba atômica e sem que tivesse um aparato militar suficientemente preparado para conter o contínuo avanço da frente soviética, Hiroito tentou acertar com os Aliados uma rendição sob condições. Isso no dia 10/08/1945. Não conseguiu. Acabou, enfim, por reconhecer a irreversibilidade de sua derrota e por concordar em se render de forma incondicional aos rivais. O discurso de rendição foi trans-

⁴ A bomba atômica resultou de um projeto secreto norte-americano de 1942, denominado “Projeto Manhattan”, que foi dirigido no plano político-militar pelo general, depois brigadeiro, Leslie Groves, e no plano científico pelo físico de origem judia Julius Robert Oppenheimer. O referido projeto perdurou até a denominada “Experiência Trinity”, de 16/07/1945, quando foi detonada, com sucesso, a título de teste, a primeira bomba atômica da história. Essa experiência atômica aconteceu na região de Los Alamos, no deserto do Novo México (EUA).

mitido aos japoneses pelo rádio, a partir de Tóquio, na tarde de 15/08/1945. Foi um dia de muitas lágrimas e de dor para o país. Alguns militares japoneses, ante o inevitável desfecho que julgavam intoleravelmente humilhante, partiram para o suicídio, ato extremo de salvação moral na tradição samurai. Foi o caso do almirante Takijiro Onishi, mentor das operações “kamikazes”⁵.

Vencido o Japão, iniciaram-se os preparativos para a oficialização de sua rendição. No dia 02/09/1945, a bordo do navio “USS Missouri”, da Marinha norte-americana, os ministros japoneses Mamoru Shigemitsu (Relações Exteriores) e Yoshijiro Umezumi (Guerra) firmaram, na presença do comandante supremo dos Aliados no Pacífico, general Douglas MacArthur (EUA), e da chamada “mesa de capitulação” (integrada por representantes dos EUA, Inglaterra, França, URSS, China, Holanda, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), o ato de rendição. Eram 09h04m da manhã. E assim se encerrou o último capítulo do mais sangrento conflito militar do Século XX.

2.2. Vitória sobre o nazi-fascismo: os momentos finais da guerra na Europa.

“Vida longa à sagrada Alemanha!”

(Último brado de Claus von Stauffenberg, coronel alemão que conspirou para assassinar Hitler na malfadada “Operação Valquíria”, de 20 de julho de 1944, no momento do seu fuzilamento em Berlim por soldados nazistas).

⁵ As operações “kamikazes”, que nada mais eram do que missões militares suicidas, se tornaram uma efetiva estratégia japonesa de guerra apenas na segunda metade de 1944, quando jovens estudantes, incentivados ao sacrifício pessoal por amor ao imperador, ao país e à religião, passaram a ser treinados em poucos dias com noções básicas de pilotagem e depois embarcados em aviões “Mitsubishi Zero” municiados apenas com uma única bomba de 250 quilos. É certo que já em 1941, quando do ataque a Pearl Harbor, alguns pilotos japoneses chegaram mesmo a projetar os seus aviões de combate contra navios de guerra norte-americanos. Esses voos suicidas, porém, não eram a finalidade da missão e eles só aconteceram porque, uma vez atingidos em seus aviões, os pilotos japoneses, sempre que diante da morte inevitável e iminente, procuraram provocar, como último recurso, o maior número possível de baixas inimigas.

A guerra na Europa, como acima já destacado, terminou meses antes do desfecho da guerra no Pacífico. A Itália foi a primeira das potências do Eixo a se render aos Aliados, fato acontecido em 03/09/1943. Deposto em 25/07/1943, Mussolini, que desde 1925 se autoproclamara *Il Duce* (O Líder), achava-se preso quando o governo de Pietro Badoglio houve por bem anunciar a rendição da Itália. Libertado por militares das SS de Hitler em 12/09/1943 (Operação *Eiche* ou *Gran Sasso*), Mussolini ainda tentou, sem sucesso, reorganizar o Fascismo na Europa e fundou, em 23/09/1943, a República Social Italiana, também conhecida por “República de Saló” (nome do pequeno balneário onde ficava a sede do governo). A República Social Italiana nada mais era do que um “Estado fantoche” instalado na região da Lombardia, no norte da Itália, sob controle do exército alemão, e que perdurou até a morte de Mussolini pelos “partizans” comunistas da “Resistência Italiana”, em 28/04/1945.

A morte de Mussolini, contudo, não foi suficiente para que a Itália se retirasse em definitivo do teatro de operações militares na Europa, pois parte de seu território ainda permaneceu ocupada por forças alemãs. O último foco de resistência nazista na Itália só foi derrotado em 02/05/1945, quando os Aliados tomaram Turim, capital do Piemonte. Na mesma data, a Alemanha perdeu Berlim para as tropas do Exército Vermelho da URSS. Àquela altura, o alto-comando do Reich já se achava completamente erodido. E sem Hitler. O *Führer*, que sofreu pelo menos 15 atentados em vida, dentre os quais o de 20/07/1944 (“Operação Valquíria”), quando uma bomba explodiu na sala de reuniões do QG nazista de Ketrzyn, na Prússia Oriental (hoje Polônia), suicidara-se a 30/04/1945, pois temia ser pego. A queda alemã não tardou. No dia 07/05/1945, em Reims, nordeste da França, local do QG norte-americano, os nazistas, através do general Alfred Jodl, firmaram sua capitulação perante o comandante supremo dos Aliados na Europa, general Dwight Eisenhower (EUA). No dia seguinte, 08/05/1945, em Berlim, agora por conduto do marechal-de-campo Wilhelm Keitel, renderam-se os alemães, por fim, às tropas soviéticas do comandante-em-chefe do Exército Vermelho, general Georgy Zhukov.

3. O SIGNIFICADO DA VITÓRIA DOS ALIADOS E O ANACRONISMO DO ESTADO NOVO

“Os problemas da vitória são mais agradáveis do que aqueles da derrota, mas não são menos difíceis”
(Winston Churchill, militar e estadista inglês que exerceu as funções de primeiro-ministro nos anos 1940-1945 e 1951-1955).

O término da Segunda Guerra Mundial foi assimilado pelos contemporâneos como um emblemático triunfo da democracia sobre os horrores do totalitarismo, por mais que, ironicamente, Stálin, o implacável ditador soviético, tenha sido decisivo para a derrocada nazista⁶. Nesse clima de exaltação da liberdade, retornou ao Brasil a Força Expedicionária Brasileira (FEB)⁷. As missões de combate e ocupação dos “pracinhas” na Europa tiveram início em meados de 1944, na Itália, e resultaram em relevantes vitórias para os Aliados. Destacaram-se, dentre outras gloriosas batalhas, as tomadas de Mazzarozza (18/08/1944), Camaiole (18/09/1944), Monte Prato (26/09/1944), Monte Castello (21/02/1945), Castelnuovo

⁶ Para Eric Hobsbawm: “A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo [o fascismo], houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente a vitória sobre a Alemanha de Hitler foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho” (HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 2ª. edição, p. 453). Para David Harvey: “O país [Estados Unidos] gosta de pensar, por exemplo, que ele e só ele libertou a Europa do jugo nazista, apagando inteiramente o papel bem mais importante do Exército Vermelho e do cerco de Stalingrado na virada da mesa na Segunda Guerra Mundial” (HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005, 2ª. edição, p. 42).

⁷ Força militar instituída em 09/08/1943 pela Portaria Ministerial n.º 47-44, baixada pelo ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, composta por 25.300 homens e enviada à Europa para que se integrasse ao 4.º Corpo do 5.º Exército norte-americano, em missão na Itália. Seu emblema, uma cobra verde em fundo amarelo fumando cachimbo, ironizava aqueles que, por causa das acentuadas dificuldades de organização e estruturação de um exército expedicionário no país, diziam ser mais fácil ver uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra. O embarque do primeiro escalão da FEB só aconteceu em 02/07/1944, ou seja, quase um ano após a criação da Força, o que, em certa medida, revela a dimensão do desafio abraçado pelo governo pátrio ao decidir pela participação direta do Brasil na guerra: selecionar, alimentar, treinar e armar um contingente satisfatório de homens oriundos de uma população de maioria pobre, de baixa aptidão física e pouco letrada. Superados os obstáculos, não faltaram coragem e espírito de combatividade aos soldados da FEB.

(05/03/1945), Montese (14/04/1945), Collecchio (27/04/1945) e Forno di Taro (28/04/1945). A participação da FEB no conflito findou-se em meados de 1945, quando os soldados brasileiros se concentraram na cidade de Francolise, próxima ao porto de Nápoles, e de lá partiram de volta à terra natal. O primeiro escalão expedicionário, sob o comando do general-de-brigada Euclides Zenóbio da Costa, iniciou a sua viagem de regresso ao país no dia 06/07/1945 e desembarcou no Cais do Porto do Rio de Janeiro no dia 18/07/1945, sob intensa euforia popular⁸.

Tornou-se anacrônica, a partir da vitória aliada na guerra, a ditadura que Getúlio Vargas impunha ao país desde 10/11/1937, quando instituído o Estado Novo. Os novos tempos, de valorização das liberdades democráticas, acarretaram a insustentabilidade política da continuidade do regime de exceção no Brasil. No Catete, era grande a preocupação com o elevado prestígio popular da FEB. A uma, porque o apoio do povo legitimava, em tese, um possível levante dos “pracinhas” contra o governo. A duas, porque a FEB, gloriosa na luta contra ditaduras estrangeiras, podia sentir-se incentivada pelo povo e/ou por seus próprios méritos militares a colocar a sua experiência de guerra e a sua autoridade moral a serviço da reabertura interna. A três, porque dificilmente os setores descontentes da elite nacional deixariam “passar em branco” a chance de uma articulação para a queda de Vargas e a tomada do poder. O desafio de peso que se impunha a Getúlio naquele momento de grande regozijo pela volta vitoriosa da FEB ao país era, então, o de abrir o regime, vale dizer, restabelecer a democracia, tal como exigia a nova conjuntura política mundial, sem deixar, contudo, que a Presidência da República lhe escapasse às mãos.

⁸ Sobre a chegada dos “pracinhas”, eis o relato do jornalista Hélio Fernandes: “Em 1945, emocionante mesmo, foi a chegada da FEB da Itália. O Rio tinha menos de 2 milhões de habitantes, os cálculos davam 800 mil pessoas no Centro da cidade. Não havia televisão, e ninguém podia andar na Cinelândia, Avenida Rio Branco, ou nas ruas por perto. De cada 2 habitantes, 1 foi homenagear os “pracinhas” que combateram o nazi-fascismo. Consagração” (FERNANDES, Hélio. *Tribuna da Imprensa* [jornal]. Rio de Janeiro, edição de 15/06/2004. *Apud*: PEREIRA JUNIOR, Durval Lourenço. “A participação da FEB na Segunda Guerra Mundial: Seu lugar na memória social brasileira”. Monografia. Juiz de Fora: Universidade Salgado de Oliveira, 2005, p. 25).

Na prática, um problema de solução bastante difícil que foi trazido pela comemorada vitória dos Aliados - e do Brasil - na guerra.

3.1. Getúlio sob pressão: a ditadura em crise.

Referindo-se aos anos 1944-1945, o jornalista Álvaro de Moya, em entrevista colhida por Vida Alves em 1999 para a Associação dos Pioneiros, Profissionais e Incentivadores da Televisão Brasileira (“Pró-TV”), parte integrante de uma série de depoimentos organizados posteriormente em livro pelo professor e ex-ator David José Lessa Mattos, assim resumiu o sentimento do povo com relação ao futuro político do Estado Novo: “Quando o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial para lutar contra o Eixo, contra a ditadura na Itália, na Alemanha e no Japão, as pessoas diziam: ‘Por que nossas Forças Expedicionárias vão lutar lá fora contra a ditadura se nós temos uma ditadura aqui?’. Era a ditadura do Getúlio Vargas, o presidente que ficou no poder de 1930 a 1945. Quando a Força Expedicionária Brasileira voltou, foi a comemoração da vitória da democracia sobre a ditadura. E a gente sabia que a ditadura do Getúlio Vargas estava com os dias contados” (MOYA, Álvaro de. Entrevista concedida a Vida Alves em 13/03/1999, na cidade de São Paulo (SP). *In*: MATTOS, David José Lessa (org.). **Pioneiros do rádio e da TV no Brasil**. V. 1. São Paulo: Códex, 2004, p. 35). Dulce Pandolfi (CPDOC/FGV), em estudo que se incorpora ao segundo volume de uma coletânea de textos organizada por Jorge Luiz Ferreira (UFF) e Lucília de Almeida Neves Delgado (PUC-Minas) sobre a República Brasileira, igualmente destaca o desgaste do Estado Novo no pós-guerra: “Havia sinais visíveis de que o regime se debilitava. O governo conseguiu impedir que a imprensa divulgasse as primeiras manifestações contrárias a ele, mas em 1945 já não podia abafá-las. Os liberais, pouco a pouco, recuperaram a voz e os cooptados não tardaram a retirar o seu apoio ao regime. A fala apologética foi substituída pelo discurso de oposição, engavetado desde 1937” (PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. *In*: FERREIRA, Jorge Luiz & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 2ª. edição, p. 36).

As pressões internas pelo fim da ditadura “estadonovista” se intensificaram, na verdade, já a partir de 1943, e cinco eventos simbolizam de um modo especial os ares de tensão da época: a) o “Manifesto dos Mineiros”, de 24/10/1943; b) a “Carta aos Brasileiros”, de 10/12/1943; c) a “Declaração de Princípios do 1.º Congresso Brasileiro de Escritores”, de 27/01/1945; d) a entrevista de José Américo de Almeida, de 22/02/1945 e e) os acontecimentos da Praça da Independência, na cidade de Recife, no dia 03/03/1945.

Vamos resumidamente a eles.

3.1.1. O “Manifesto dos Mineiros”, de 24/10/1943.

O “Manifesto dos Mineiros” foi uma carta subscrita por 92 nomes da intelectualidade e da elite liberal de Minas Gerais, que se propunha a contestar a legitimidade do Estado Novo num contexto de lutas por liberdade e democracia no mundo. “Um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído, incapaz de assumir as imensas responsabilidades decorrentes da participação num conflito de proporções quase telúricas, como o que desabou sobre a humanidade” - diz um trecho do documento⁹.

Impresso de forma clandestina nas oficinas de uma gráfica (“Bazar Moderno”) no centro de Barbacena¹⁰, dada a forte censura exercida pelo DIP¹¹, o Manifesto contou com uma tiragem inicial de 50 mil exemplares¹². Sua distribuição também se deu à surdina, de mão em mão ou passado discretamente por debaixo

⁹ Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/estadonovo/mineiros_1943.htm. Acesso em: 22.fev.2010.

¹⁰ Cf. SIQUEIRA, Newton. “Um passeio por Barbacena antiga”. Barbacena On Line. Publicado em: 21.mai.2008. Disponível em: <http://www.barbacenaonline.com.br/historia/eixoscen-trais.htm>. Acesso em: 22.fev.2010.

¹¹ O DIP, sigla do Departamento de Imprensa e Propaganda, era o órgão censor do Estado Novo. Criado em 1939 para substituir o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), voltava-se precipuamente à difusão da figura de Getúlio, ao controle da informação e à fiscalização das manifestações culturais e populares.

¹² Cf. CASTRO, Frederico de Carvalho e. “Manifesto dos mineiros: uma análise ideológica”. In: *Ibérica-Revista Interdisciplinar de Estudos Ibero-Americanos*. Ano I, n.º 01, Juiz de Fora: UFJF, set.-nov./2006, p. 32.

das portas de residências e estabelecimentos comerciais. Nenhum jornal quis publicá-lo, por medo de ser “empastelado”¹³. Os principais artífices do texto, quer no tocante à ideia em si de sua elaboração, quer no tocante à redação e à articulação política para o engajamento daqueles que nele apuseram os seus nomes, foram Afonso Arinos de Melo Franco, o seu irmão Virgílio Alvim de Melo Franco, Odilon Braga e Dario de Almeida Magalhães.

A importância histórica do libelo mineiro está no fato de que ele foi o primeiro ato de oposição frontal e aberta ao regime varguista, causando, a reboque, relevante impacto sobre a opinião pública. Embora Benedicto Valadares, interventor federal em Minas Gerais e político fidelíssimo a Getúlio, tenha, de princípio, se referido ao Manifesto como “água de flor de laranjeira”¹⁴, finalizando, com isso, desqualificá-lo em autoridade e em significado, o fato é que a sua divulgação motivou perseguições, prisões, demissões, exonerações e aposentadorias para muitos de seus subscritores. Afonso Arinos e Odilon Braga, por exemplo, tiveram de deixar o jurídico do Banco do Brasil. Milton Campos, o jurídico da Caixa Econômica Federal. Aducto Lúcio Cardoso, o jurídico do Lloyd Brasileiro. Pedro Aleixo, a direção do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Virgílio de Melo Franco, a direção do Banco Alemão Transatlântico. José de Magalhães Pinto, a direção do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Pedro Nava, o cargo de médico que ocupava junto à Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Luís Camillo de Oliveira Netto, a chefia da Biblioteca do Itamaraty. Bilac Pinto, a cátedra da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Tantos foram os que perderam empregos que Milton Campos, para

¹³ Sobre “empastelar” jornais, segue, aqui, a seguinte explicação: “Você sabe o que significa empastelar? O verbo caiu em desuso, mas no passado o empastelamento de jornais era muito comum. Quando alguém queria calar um jornal, convocava um bando de desocupados para invadir as oficinas e espalhar as caixas de tipos pelo chão. O jornal ficava dias, semanas, às vezes meses, fora de circulação” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Editorial. Rio de Janeiro: TVE Brasil, 13/09/2005. Programa de TV. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/arquivo/principal_050913.asp#editorial. Acesso em: 22.fev.2010).

¹⁴ Cf. CHAGAS, Carmo. *Política: arte de Minas*. São Paulo: Carthago & Forte, 1994, p.103.

fazer troça, chegou depois a dizer que o Manifesto, criado para provocar “onda”, acabou provocando “vagas”¹⁵.

3.1.2. A “Carta aos Brasileiros”, de 10/12/1943.

A “Carta aos Brasileiros” foi uma dura crítica que, do exílio (Buenos Aires, Argentina), Armando de Sales Oliveira fez ao Estado Novo e a seu líder, Getúlio Vargas. Na carta, o democrata-liberal paulista apontava contradições que, na sua concepção, existiam entre o discurso e a prática do regime. A falta de liberdade, de investimentos rodoviários, de planos para a economia, a carestia, a desigualdade social e a ineficiência da burocracia administrativa foram pontos abordados no documento. Dizia estar moribunda a ditadura: “No Brasil, o regime - o simulacro de regime, os fragmentos de regime - instituído em 37, não vingou. Nem podia vingar, no solo brasileiro, um produto artificial, estranho à nossa formação, aos nossos desejos, aos nossos costumes, às nossas necessidades. A despeito do que possam pretender certas apostasias escandalosas, nunca teve luz própria, se alguma luz teve. Nasceu e viveu debaixo do refluxo dos dois meteoros que, depois de incendiar e devastar o mundo, já se precipitaram nos espaços. Do chamado ‘Estado Novo’, o que agora se vê é apenas uma massa escura, informe, morta. Não o pode ver o Sr. Getúlio Vargas, porque, submetido ao ciclo fatal em que evolui a história de todos os ditadores, não percebeu a passagem do dia inexorável em que, segundo todas as probabilidades, já se consumou a extinção do seu poder absoluto”¹⁶.

Armando de Sales Oliveira, engenheiro civil, político e empresário ligado à elite paulista, era genro de Júlio de Mesquita, dono do jornal **O Estado de São Paulo**, do qual foi diretor-presidente em 1927. Chegou à interventoria do Estado de São Paulo em 21/08/1933, nomeado por Getúlio Vargas após o término da “Revo-

¹⁵ Cf. CHAGAS, Carmo. *Op. cit.* p. 263.

¹⁶ CARTA AOS BRASILEIROS, de Armando de Sales Oliveira, 10.12.1943 *apud* SCHURSTER, Karl e LAPSKY, Igor. “Carta aos Brasileiros: Armando Sales de Oliveira e a Segunda Guerra Mundial”. In: **Boletim do TEMPO**, Ano 4, n.º 12, Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Fragmento com modificações ortográficas.

lução Constitucionalista” em 04/10/1932. Sua indicação como interventor agradava a oligarquia do Estado que, em 09/07/1932, se levantara em armas contra o governo federal, tendo a nomeação significado, por isso, um grandioso ato de boa vontade de Getúlio para a retomada da estabilidade política no país. Em 25/01/1934 assinou o decreto de criação da Universidade de São Paulo (USP), mantendo-se na condição de interventor paulista até 11/04/1935, quando, em ato contínuo, passou a governador daquele Estado. Sua administração tentou harmonizar, segundo Ilka Stern Cohen, duas linhas de ação aparentemente irreconciliáveis: “a defesa da autonomia do Estado” - diz a doutora em História Social pela USP - “e o convívio pacífico com o governo federal”¹⁷. Exonerou-se do governo em 29/12/1936 para lançar-se candidato ao Cateete nas eleições de 03/01/1938, pela União Democrática Brasileira (UDB)¹⁸. Tratava-se de uma candidatura de oposição. O candidato da situação era o escritor e político paraibano José Américo de Almeida, lançado por Benedicto Valadares pelo Partido Nacionalista Mineiro (PNM). O líder integralista Plínio Salgado também chegou a se lançar candidato pela Ação Integralista Brasileira (AIB), mas desistiu. Getúlio, porém, tinha planos para continuar no poder e, assim, usando do pretexto de frustrar uma iminente revolução comunista no Brasil segundo as diretrizes de um fictício “Plano Cohen”¹⁹, abortou as eleições, extinguiu os partidos e instituiu o

¹⁷ Cf. COHEN, Ilka Stern. “O Caso de São Paulo”. In: PINTO, Zélio Alves (org.). **Cadernos paulistas: história e personagens**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 93.

¹⁸ A UDB, fundada em 10/06/1937, era um partido nacional oriundo da fusão de outros três partidos regionais: o Partido Constitucionalista, que representava os interesses de São Paulo; a dissidência liberal do Partido Republicano Mineiro (dirigida por Artur Bernardes) e o Partido Republicano Liberal, de Flores da Cunha, inimigo político de Getúlio Vargas no RS.

¹⁹ O “Plano Cohen” foi, na feliz expressão do historiador paraense Abguar Bastos, o “fermento psicológico para o golpe de 1937” (BASTOS, Abguar. **História da política revolucionária no Brasil**. V. 2. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, 2ª. edição, p. 71). Divulgado pelo governo em 30/09/1937, tratava-se de um plano atribuído à Internacional Comunista e ao PCB para a tomada do poder no Brasil. Tudo, porém, não passava de uma farsa, de um embuste. Os comunistas não tinham condição alguma de deflagrar uma “Revolução Vermelha” no Brasil cerca de um ano e dez meses depois da malograda sublevação de 1935. O “Plano Cohen”, na verdade, foi um documento que versava sobre operações revolucionárias e que foi redigido pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho (o mesmo que em 1964,

“Estado Novo” em 10/11/1937, como já aqui destacado. Armando de Sales Oliveira, o virtual vitorioso no malogrado pleito presidencial de 1938, acabou preso e depois exilado.

O manifesto de Armando de Sales Oliveira teve eco na imprensa dos Estados Unidos²⁰, país onde vivera antes de transferir-se para a Argentina, e também circulou no Brasil, de forma clandestina, nas mãos de oposicionistas.

3.1.3. A “Declaração de Princípios do 1.º Congresso Brasileiro de Escritores”, de 27/01/1945.

A “Declaração de Princípios do 1.º Congresso Brasileiro de Escritores” foi o manifesto de encerramento de um grandioso encontro de intelectuais organizado pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE) e acontecido no Teatro Municipal de São Paulo, entre os dias 22 e 27/01/1945. Esse encontro reuniu importantes nomes das letras nacionais em prol da liberdade de expressão (fim da censura), dos direitos autorais, do engajamento político da intelectualidade, da democratização do ensino e da cultura no país e da realização de eleições (fim da ditadura). Ao todo, 21 delegações estaduais estiveram presentes (AL, AM, BA, CE, DF e Est. do RJ, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RN, RS, SC, SE e SP). Foram mais de 220 participantes de diferentes correntes e matizes político-ideológicos. A mesa-diretora teve na presidência dos trabalhos o escritor mineiro Aníbal Machado; e na vice-presidência, os escritores Dyonélio Machado (gaúcho), Jorge Amado (baiano), Murilo Rubião (mineiro) e Sérgio Milliet (paulista). A “Declaração de Princípios” que desfechou o evento pregava, em seu texto, a “legalidade democrática como garantia da completa liberdade de

já alçado a general-de-divisão, daria início ao golpe que apeou João Goulart, o Jango, da Presidência da República e instalou a ditadura militar no país), a pedido de Plínio Salgado, que por sua vez, com tal estratégia, visava dar a Getúlio Vargas o pretexto de que necessitava para justificar a instalação do “Estado Novo”, obtendo, em troca, uma aproximação política com o Catete que o permitisse implementar o Integralismo como base ideológica do novo regime. Como Vargas não deu a Plínio Salgado a aproximação com que sonhava, os integralistas tentaram, sem sucesso, na madrugada de 11/05/1938, um levante armado para derrubar o governo.

²⁰ Cf. AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade (3): a luz no túnel*. Rio de Janeiro: Record, 1976, 28ª. edição, p. 199.

expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o terror da violência e do direito a uma existência digna”; o “sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto”; e “o pleno exercício da soberania popular em todas as nações” como condição para tornar possíveis “a paz e a cooperação internacional, assim como a independência econômica dos povos”²¹.

3.1.4. A entrevista de José Américo de Almeida, de 22/02/1945.

A entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, publicada no dia 22/02/1945 por dois jornais do Rio de Janeiro - o matutino **Correio da Manhã**, de Paulo Bittencourt, e o vespertino **O Globo**, de Roberto Marinho -, teceu, de um modo geral, graves críticas à “ditadura expirante” (*sic*) de Getúlio Vargas durante o Estado Novo: baixa produção agrícola, pecuária e industrial, desabastecimento, alta de preços, perda do poder aquisitivo da classe média, falta de transportes terrestres e marítimos para o escoamento de bens e gêneros alimentícios, inflação, excessiva burocracia, filas e desorganização geral. Devia-se tal quadro, na opinião do escritor e político paraibano, à “imprevisão” (*sic*) do governo em furtar-se à adoção de medidas que se revelavam necessárias a uma economia de guerra: “Costuma-se responsabilizar a guerra pela depressão econômica do Brasil. (...). De fato, a guerra prejudicou um pouco o abastecimento, mas unicamente porque foi permitido exportar mais que o possível, com prejuízo do consumo interno. Só a escassez do petróleo poderia ser atribuída à guerra, mas isso acontece até nos países produtores desse combustível e deve ser levada à conta da ausência de estoques que deveriam ter sido feitos logo que se manifestaram os primeiros sinais da tormenta a avizinhar-se” (ALMEIDA, José Américo de. “A situação: declarações do senhor José Américo de Almeida”. Entrevista con-

²¹ DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO 1.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES, 27.01.1945, *apud* CAMPOS, Regina Salgado. “Papel do intelectual nos anos 40”. In: **Ceticismo e responsabilidade: Gide e Montaigne na obra crítica de Sérgio Milliet**. São Paulo: Annablume, 1996, p. 171-172.

cedida a Carlos Lacerda. **Correio da Manhã** [jornal]. Rio de Janeiro. Edição de 22/02/1945. *Apud*: Página virtual da Fundação Casa de José Américo (João Pessoa, PB). Disponível em: http://www.fcja.pb.gov.br/arquivos/documentos-_importantes_entrevista.shtml. Acesso em: 23.fev.2010).

Além disso, houve, em ambas as entrevistas, menção à articulação da oposição a Getúlio para o lançamento da candidatura de um nome capaz de pôr cobro à “crise moral” (*sic*) e de promover a “união nacional” (*sic*) tão logo fosse aberto o regime às eleições presidenciais. Na edição matutina do **Correio da Manhã** esse nome não foi revelado, mas o candidato era descrito como figura de ilibada reputação e relevantes préstimos à nação: “As forças políticas nacionais já têm um candidato. É um homem cheio de serviços à Pátria, representa uma garantia de retidão e de respeito à dignidade do País. As preferências já foram fixadas. Os campos estão definidos. Já quase não há neutros. As posições estão ocupadas para a batalha política” (ALMEIDA, José Américo de. “A situação: declarações do senhor José Américo de Almeida”. Entrevista...). Só na edição vespertina de **O Globo**, de mesma data, é que a identidade do candidato da oposição veio a público: o brigadeiro Eduardo Gomes²².

As entrevistas foram impactantes, especialmente a da edição do **Correio da Manhã**, dada a força política daquele jornal e a ousadia que as publicações significavam para o DIP. Sobre o peso do matutino carioca para a formação da opinião pública do Brasil, esclarece o jornalista e escritor Ruy Castro: “**O Correio da**

²² Eduardo Gomes era um homem prestigiado nas Forças Armadas. Fora, em 1922, um dos sobreviventes do levante do Forte de Copacabana, movimento que passou à História como “Os 18 do Forte”, e reconhecido como um popular líder tenentista. Enquanto major, foi um dos idealizadores do Correio Aéreo Militar (CAM), depois transformado em Correio Aéreo Nacional (CAN), nascedouro da aviação militar brasileira. Durante a Segunda Guerra, comandou a 2ª. Zona Aérea Brasileira, com sede em Recife, e que abarcava os Estados do PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA. Militar de passado limpo e elevado perfil patriótico, politicamente era um homem democrata, liberal, nacionalista e anti-comunista. Católico fervoroso e de boa estampa, inspiraria, como brigadeiro, o nome do famoso docinho feito com chocolate em pó, leite condensado e manteiga que as moças das boas famílias cariocas passaram a distribuir na sua futura campanha, em 1945. Era bem visto pelas elites e pela classe média.

Manhã protagonizou na imprensa brasileira uma história gloriosa, começada no dia 15 de junho de 1901. Uma história que, durante boa parte dos 74 anos seguintes, iria alterar várias vezes a vida política do país, inspirar a vocação de milhares de jornalistas e dar aulas diárias de como fazer jornal. Era um jornal do Rio, que o país inteiro lia” (CASTRO, Ruy. “Vida e morte do **Correio da Manhã**”. *In: Digestivo Cultural. Ensaios*. Edição de 26/10/2009. Disponível em: <http://www.digestivocultural.com/ensaio.asp?codigo=328>. Acesso em: 25.fev.2010).

3.1.5. Os acontecimentos da Praça da Independência, no centro de Recife, em 03/03/1945.

A Praça da Independência, no bairro de Santo Antônio, no centro da cidade de Recife, foi palco, em 03/03/1945, de um grande ato público pelo fim da ditadura de Getúlio Vargas e pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes ao Catete. Organizado pelo **Diário de Pernambuco**, jornal de oposição ao Estado Novo e cujo dono era o empresário paraibano Assis Chateaubriand, o evento também contou com o exaltado apoio dos estudantes locais, notadamente os da Faculdade de Direito do Recife. Na Praça da Independência ficava a sede do **Diário de Pernambuco**, um portentoso prédio de três andares em estilo neoclássico vizinho ao bar “Lero-Lero”. No referido bar, um retrato de Vargas foi retirado da parede, pisoteado e rasgado pelos estudantes. Houve confusão. A tensão com a polícia pernambucana deixou dois mortos: o líder estudantil Demócrito de Souza Filho, de 24 anos, alvejado na testa durante o discurso que o professor e sociólogo Gilberto Freyre proferia da sacada da redação do **Diário de Pernambuco**, e o operário Manoel Elias dos Santos, vulgo “Manoel Carvoeiro”.

O jornal **Diário de Pernambuco** foi “empastelado” (e logo depois, censurado) e seu redator-chefe, Aníbal Fernandes, acabou preso.

Demócrito de Souza Filho tombara mortalmente ferido dentro da sede do **Diário de Pernambuco**, e o jornal, no dia 09/03/1945, resolveu então inaugurar um retrato do estudante

nas dependências de sua redação. Gilberto Freyre, naquela ocasião, proferiu um imponente discurso em homenagem à memória daquele manifestante que, ainda jovem, acabara aniquilado pelas forças de segurança do Estado: “(...) Quem esquecerá 3 de março? (...) Quem esquecerá Demócrito? Em vez de companheiro de uma única turma de estudantes da sua escola, ele será o companheiro eterno de todas as turmas que se formarem na Faculdade de Direito do Recife. Não só na Faculdade de Direito do Recife: em todas as faculdades e escolas superiores do Brasil. Todos sentirão sua presença. (...). Nós passaremos. Nós envelhecemos. Nós seremos esquecidos ou lembrados apenas por uns poucos. Por filhos, netos e talvez bisnetos. Ele não passará. Ele não envelhecerá. Ele viverá ao lado de todas as gerações novas que se forem sucedendo nas escolas do Brasil não como alguém de 1945, mas como alguém de sempre, sempre moço, sempre desassombrado, o cabelo sempre louro, a idade sempre vinte anos. Que importa que a violência policial tenha fechado este ‘Diário’ e prendido na detenção o seu bravo redator-chefe, Aníbal Fernandes, para que não fosse noticiado o assassinato de Demócrito? Todos os dias serão dias seguintes. E quando um jornal tem, como este, não sete anos, mas cento e vinte, pode passar fechado um mês e até dois, sem que sua continuidade ou quase eternidade estremeça; sem que se mate o dia seguinte. O dia seguinte, camaradas de Demócrito, se aproxima de nós; já é quase madrugada. Ladrões e assassinos passam fugindo. Levantam-se os estudantes mais inquietos. Das redes pulam os operários madrugadores. Os pássaros vão cantar. O clarim vai soar. As mulheres vão fazer fogo para o café. Os trens vão partir. Os aviões vão voar. Os padres vão dizer as primeiras missas do quase dia. O pão vai chegar, já é quase madrugada. Já é quase manhã. Já é quase dia seguinte. O grande, o luminoso, o esperado dia seguinte. Só falta o ‘Diário’. Camaradas de Demócrito: as máquinas do ‘Diário’ não tardam a rodar” (FREYRE, Gilberto. “Quiseram matar o dia seguinte”. *Diário de Pernambuco*. Recife. Edição de 10/04/1945, p. 01).

3.2. Administrando a turbulência: Getúlio à espera do cavalo encilhado.

“Não sou um oportunista. Sou um homem das oportunidades. Se o cavalo passar encilhado na minha frente, eu monto”
(Getúlio Vargas, político brasileiro, presidente da República nos anos 1930-1945 e 1951-1954).

As crises abertas a partir de cada um dos eventos pontuados acima desafiavam respostas práticas da Presidência da República sobre os destinos do regime. Getúlio, àquela altura (fins de 1944/início de 1945), já antevia a vitória dos Aliados sobre as potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial e, por consequência, a situação cada vez mais difícil com que se defrontaria como ditador em tempos de paz e de afirmação democrática. Sem saída, precisou ser pragmático. Sinalizou com a reabertura política, da qual se empenhou em ser o grande artífice para não acabar como indesejado obstáculo a ser superado.

Em 28/02/1945 fez editar a Lei Constitucional n.º 09, que, tendo ficado conhecida como “Ato Adicional”, alterou a Carta de 1937 e previu a convocação de eleições para dali a noventa dias. Em 18/04/1945, assinou o Decreto-Lei n.º 7.474, pelo qual concedeu anistia a 565 presos políticos, dentre os quais o líder comunista Luís Carlos Prestes, preso desde 05/03/1936 em razão do fracassado levante de 23/11/1935 (“Intentona”). Por meio do Decreto-Lei n.º 7.586, de 28/05/1945 (“Lei Agamenon Magalhães”), já com o nazifascismo derrotado na Europa, reinstalou a Justiça Eleitoral (extinta desde o advento do Estado Novo), instituiu como seu órgão máximo o Tribunal Superior Eleitoral (Art. 6, “a”), marcou a eleição presidencial para o dia 02/12/1945 (Art. 136) e trouxe a novidade do monopólio dos partidos políticos de âmbito nacional na apresentação de candidatos aos pleitos eleitorais (Art. 39).

3.2.1. A organização político-partidária brasileira pós-Segunda Guerra: breves características das principais agremiações.

Quanto aos partidos, de 1945 a 1965, foram três as agremiações mais atuantes na cena política brasileira: a) a União Democrática Nacional (UDN); b) o Partido Social Democrático (PSD); e c) o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido Comunista do

Brasil (PCB), legalizado em maio de 1945, foi até maio de 1947 a quarta força eleitoral do país, mas daí em diante, com o registro cassado pelo TSE, teve a sua atuação política restrita à clandestinidade.

3.2.1.1. A UDN.

Fundada em 07/04/1945, a UDN, no início, era o grande “guarda-chuva” debaixo do qual se abrigava uma ampla e eclética frente de opositores do Estado Novo e de Getúlio Vargas, como liberais, membros das velhas oligarquias desfavorecidas com a “Revolução de 1930”, socialistas democráticos, comunistas dissidentes da linha oficial do PCB e ex-aliados do então presidente. Não tardou, porém, para que a UDN fosse depurada. Em 1946, por exemplo, os socialistas do partido formaram uma nova legenda: a Esquerda Democrática (ED), embrião do futuro Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em pouco tempo a UDN passou a exercer o papel que verdadeiramente lhe cabia no cenário político nacional: o de grande partido da direita e o de legítimo representante dos interesses da burguesia empresarial urbana ligada ao capital estrangeiro. Segundo a cientista política Maria Victória de Mesquita Benevides, eram características da cultura política udenista: o elitismo, o golpismo, o moralismo, o antipopulismo e o autoritarismo²³. De se notar que tais características ajustavam-se como uma luva à ideologia militar do Exército, casamento que se consumaria em definitivo mais tarde, em 1964.

3.2.1.2. O PSD.

O PSD, fundado em 08/04/1945, reunia sob sua legenda a burguesia regional agrária forjada a partir da “Revolução de 1930” (coronelismo) e a burocracia do Estado Novo (clientelismo). Tratava-se de um partido conservador, mas de perfil conciliatório. Sua linha, de centro-direita. No plano político, não investia em soluções definitivas, e sim em alternativas intermediárias. É preciso,

²³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita *apud* GAIO, André Moysés. “Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas brasileiras”. In: *Revista Diálogos*, V. 06., N.º 01, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002, p. 31-40.

porém, que se compreenda com clareza o que esse jogo (acordo de cúpulas), bem ou mal, significava e ainda tem significado para a história do país: “A conciliação, no Brasil, nunca foi um arranjo entre iguais, mas o reconhecimento, por parte de um polo social ou político menor, da primazia de outro polo, mediante algumas benesses e sobre o pano de fundo constituído pela exclusão da grande massa da população. Em outras palavras, o fosso - econômico, social, cultural e político - que, desde as origens, existiu entre grupos dominantes e dominados, sempre foi utilizado pelos primeiros para facilitar a própria reprodução desse fosso, através da cooptação de elementos menos dominantes, ou mesmo tirados das camadas subalternas” (DEBRUN, Michel. **A “conciliação” e outras estratégias** (Ensaio político). São Paulo: Brasiliense, 1983).

3.2.1.3. O PTB.

Fundado em 15/05/1945, o PTB objetivava disputar com os comunistas a ascendência sobre o operariado urbano, seguindo, inicialmente, uma orientação ideológica de centro-esquerda. O partido caracterizava-se por ser nacionalista, reformista, getulista e, é claro, “trabalhista” (ideologia inspirada no *Labor Party* inglês e que, na prática, significava entre nós a defesa da intervenção do Estado na economia e de garantias jurídicas para o exercício da atividade laboral). Na sua estrutura organizacional era possível a identificação, segundo Gláucio Dillon Ary Soares, de três grupos internos bastante definidos: os sindicalistas pelegos, os doutrinários e os getulistas pragmáticos (cf. SOARES, Gláucio Dillon Ary. **A sociedade e a política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973). Na síntese de Ângela de Castro Gomes: “O partido era claramente a coroação de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizara muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no Ministério do Trabalho, desde o ano de 1942, quando Alexandre Marcondes Filho ocupa aquela pasta” (GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002, p. 02. Trabalho apresentado na palestra do 1.º Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002).

3.2.1.4. O PCB.

Surgido em 25/03/1922, em Niterói (RJ), quando da realização de seu 1.º Congresso (Congresso de Fundação), e posto na ilegalidade já no mês de junho daquele ano, o PCB, mesmo clandestino, acabou guindado, em 1924, à condição de “Seção Brasileira da Internacional Comunista”. Um esclarecimento: a “Internacional Comunista” era um organismo criado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em março de 1919 e que visava difundir mundialmente o objetivo de criação de uma sociedade comunista universal, além de coordenar os partidos comunistas dos vários países segundo a diretriz de Moscou.

Novamente legalizado em janeiro de 1927, o partido, uma vez mais, perdera tal condição alguns meses depois, em agosto. O registro só seria readquirido em maio de 1945, porém a cassação adviria de novo, em maio de 1947.

Segundo José Carlos Ruy, a fundação do PCB em 1922 “resultou da conjugação de três fatores principais - a formação e relativo crescimento do proletariado brasileiro, o exemplo da Revolução Russa de 1917 e a influência da Internacional Comunista, fundada em 1919, e a crise do anarco-sindicalismo”. E prossegue o jornalista: “O Partido Comunista do Brasil inaugurou duas características inéditas na política brasileira: foi o primeiro a representar de forma aberta e programática o conjunto do proletariado brasileiro, e também a primeira agremiação política a romper com os estreitos limites locais e ter âmbito nacional - seus fundadores vinham do Distrito Federal e de outros cinco estados do país” (RUY, José Carlos. “Condições históricas do surgimento do Partido Comunista do Brasil”. *In: Revista Princípios*, n.º 63, São Paulo: Anita Garibaldi, 2002).

3.2.2. Jogando o xadrez político: Getúlio x Capitalistas liberais.

Diversos estudiosos têm dito, com razão, que Getúlio Vargas, com a mão direita, criou o PSD, e com a esquerda, o PTB. De fato, os principais coordenadores do processo de fundação desses dois partidos políticos - Benedicto Valadares, que articulou a formação

do PSD, e Alexandre Marcondes Filho, que articulou a formação do PTB - eram homens intimamente ligados ao presidente e ditador do Estado Novo. Getúlio Vargas, aliás, chegou mesmo a ser eleito “presidente de honra” do PTB em 14/09/1945, quando da realização, no Rio de Janeiro, da 1ª. Convenção Nacional do partido, evento em que foi escolhido presidente da comissão executiva daquela agremiação o bacharel, comerciante e sindicalista Paulo Baeta Neves. A sagacidade de Getúlio em operar para que o PTB e o PSD fossem constituídos como partidos políticos em um inevitável contexto de reabertura democrática é assim analisada por Isabel Lustosa: “Estrategicamente, Vargas incentiva a criação de dois partidos: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Um, composto de antigos interventores ligados ao ditador; o outro, com amplas bases populares, composto de lideranças sindicais fiéis à sua pessoa. Com isso, articulava o renascimento da democracia liberal de forma a manter sua presença nas duas frentes da moderna sociedade: as novas elites políticas locais, firmadas sob sua tutela, e a classe trabalhadora, conquistada por intermédio da política trabalhista implementada durante o Estado Novo” (LUSTOSA, Isabel. **Histórias de Presidentes (A República no Catete, 1897-1960)**. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 184).

As eleições gerais eram um assunto cada vez mais recorrente à medida que a estabilidade do regime de exceção instalado em 1937 aparentava ruir. A sucessão presidencial estava posta antes mesmo da marcação do pleito de 02/12/1945. Os protestos públicos contra a ditadura (alguns dos quais já vistos no item 3.1.) e a autorização do governo, ainda que a contragosto, para a criação/legalização de partidos políticos (inclusive de oposição) reforçam a afirmativa de que os alicerces do Estado Novo pareciam mesmo vergar. Desde dezembro de 1944, por exemplo, o nome do brigadeiro Eduardo Gomes era consenso entre as forças liberais que meses mais tarde, em abril de 1945, formariam a UDN. Militar eloquente, Eduardo Gomes atrainha, com seus futuros discursos de campanha, um considerável número de empolgados simpatizantes a agitar lenços brancos ao redor do palanque

como símbolos de esperança. O nome do general Eurico Gaspar Dutra, que desde dezembro de 1936 se mantinha à frente do Ministério da Guerra, emergiria em março de 1945 como resultado de um acordo costurado entre Benedicto Valadares e Fernando Costa (interventor em São Paulo). Claro que tal acordo não só contava com o respaldo de Getúlio como fora, inclusive, orquestrado veladamente pelo próprio. Seu objetivo? Estabelecer uma disputa entre o brigadeiro e o general e, assim, dividir as Forças Armadas (*divide et impera*). O jornalista Marco Antônio Tavares Coelho, ex-dirigente do PCB, conta-nos, em seu livro de memórias, os bastidores das escolhas das duas principais candidaturas à sucessão de Vargas: “Desde 1944 as forças políticas de oposição a Getúlio tinham um candidato à Presidência da República - o major-brigadeiro Eduardo Gomes, o tenente dos “18 do Forte” e de outros episódios político-militares na década de 1920. Não foi escolhido candidato por acaso, mas porque tinha a possibilidade de dividir a sustentação militar de Getúlio. Era um liberal, com um passado de lutas democráticas. Esse dado intimidou os que continuavam ao lado do Governo de Getúlio, que buscaram também um militar que pudesse enfrentar Eduardo Gomes nas urnas. Logo confluíram para o nome do general Dutra, ministro da Guerra, com um passado de homem da caserna, prestigiado por seus companheiros do generalato e reacionário de quatro costados, como se dizia” (COELHO, Marco Antônio Tavares. **Herança de um sonho: as memórias de um comunista**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 82).

Em maio de 1945, encorajados pela legalização do PCB (vide o item 3.2.1.4.), sindicalistas ligados à sigla comunista tornaram público o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), um organismo sindical que já atuava secretamente desde abril de 1944 e que lutava pela instauração, no país, de agremiações laborais fortes, financeiramente autônomas e absolutamente independentes do controle que o Estado Novo, por meio do Ministério do Trabalho e de lideranças pelegas, estrategicamente se empenhava em exercer sobre as associações profissionais e os sindicatos em geral. Segundo Vito Giannotti, 365 greves foram contabilizadas só naque-

le mês de maio de 1945²⁴, e se o operariado conseguiu, com tais paralisações, significativos ganhos salariais (algo em torno de 30% a 40%), o custo para a governabilidade não foi menos importante.

Contudo, o mesmo mês também veria, surpreendentemente, manifestações de apoio a Getúlio. Essas manifestações, articuladas, segundo alguns, no interior do próprio governo, e levadas avante pelos trabalhistas (que temiam retrocessos nas conquistas de vários direitos sociais caso o presidente saísse definitivamente da cena política), pregavam sua permanência no poder. Tal permanência, se não por mais alguns anos, devia prevalecer ao menos até que viesse a lume uma nova Constituição (já que a Carta de 1937 fatalmente não sobreviveria ao término da ditadura varguista). O movimento, graças ao *slogan* de que se valia - “Queremos Getúlio!” -, ficou conhecido como “queremismo”. Os comunistas - quem diria - chegaram a flertar com o “queremismo”. A razão era simples: com Getúlio, o PCB continuaria legalizado; sem Getúlio, provavelmente não. Por isso, ultrapassados os ímpetus iniciais dos movimentos paredistas insuflados pelo MUT a partir de sua atuação pública, as greves foram refreadas pelo PCB para que não se eliminasse de vez a governabilidade no Catete. Em 23/05/1945, no Estádio de São Januário, zona norte do Rio de Janeiro, sede do “Club de Regatas Vasco da Gama”, Luís Carlos Prestes, seguindo - dizem - orientação de Moscou, proferiu, diante de 100 mil pessoas, um discurso de aproximação à figura de Getúlio como forma de penetração junto às massas trabalhadoras e com vistas à convocação de uma Assembleia Constituinte em que o Partido Comunista do Brasil (PCB), legalizado e assim permanecendo, pudesse ter voz e vez²⁵.

²⁴ GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 148.

²⁵ Criticado por avizinhar-se dos “queremistas”, postura considerada moralmente condenável em razão dos horrores que Getúlio Vargas havia lhe imposto após a prisão em 1936 (inclusive com a entrega de sua companheira, a judia comunista Olga Benário, grávida, aos nazistas da Gestapo), Prestes diria, anos depois, em uma entrevista para o programa “Roda Viva”, da TV Cultura, de São Paulo: “Eu não faço política baseado nos meus ressentimentos pessoais, eu faço política baseado nos interesses do povo brasileiro, da situação concreta, e tomo uma posição diante de uma situação concreta” (MARKUN, Paulo (org.). *O melhor do Roda Viva: Poder*. São Paulo: Códex, 2005, p. 53).

No dia 22/06/1945, a reboque dos clamores do “queremismo”, Vargas assinou o Decreto-Lei n.º 7.666 (“Lei Antitruste”, também chamada de “Lei Malaia”), estatuto que tipificava atos contrários à economia por força de fusões, transformações e incorporações de empresas, e previa, ainda, a expropriação de quaisquer organizações contrárias aos interesses nacionais. A iniciativa presidencial gerou o descontentamento das elites e duras críticas dos opositores do governo, que acusavam o presidente de pretender desencorajar os investimentos estrangeiros no país. Um dos mais vorazes censores da novel legislação era o empresário Assis Chateaubriand (já citado no item 3.1.5). Inimigo declarado do regime (embora, em 1930, tivesse emprestado apoio à “Revolução” chefiada por Getúlio Vargas), Chatô, como era conhecido, percebeu de chofre que aquele ato normativo se voltava aos “Diários Associados”, o portentoso conglomerado de empresas de comunicação (o maior do país) do qual era proprietário²⁶.

Embora o calendário eleitoral estivesse definido desde maio de 1945 e as eleições presidenciais previstas, por sua vez, para dezembro seguinte, as manifestações de apoio a Vargas acontecidas naquele ano, passadas à história com o nome de “queremismo”, e a própria passividade do presidente para lidar com tais clamores não davam à oposição qualquer certeza de que o Brasil iria, de fato, retomar o curso democrático. Vargas era indulgente não apenas com o “queremismo”, mas também com a aproximação comunista, e, como não bastasse, vinha exercendo uma política econômica intervencionista da qual era exemplo a “Lei Malaia”. Esse jogo inquietava os capitalistas internacionais (especialmente os norte-americanos), o empresariado nacional e os setores políticos e militares do país, notadamente os udenistas - que desconfiavam de que estivesse Getúlio, com sua reconhecida habilidade política, traçando nos bastidores alguma estratégia de coalizão em

²⁶ Os Diários Associados eram uma gigantesca rede de imprensa e comunicação que nos anos 1940 chegava a reunir 34 jornais, 36 emissoras de rádio, várias revistas - dentre elas *O Cruzeiro* (lançada em 1928), *A Cigarra* (lançada em 1933), *Detetive* (lançada em 1937) e *O Guri* (lançada em 1940) - e a agência de notícias “Meridional” (fundada em 1931).

torno de si, visando, assim, reunir condições reais para continuar indefinidamente no poder²⁷.

O “queremismo” não era nem um pouco palatável para a oposição, pois enquanto movimento de simples manifestação, achava-se completamente fora das amarras estatutárias e legais que prendiam os partidos. Noutra acepção, não havia como controlar mobilizações sem rosto, fluídas, e que nada deviam ao direito eleitoral. Eis aí a diferença entre o “queremismo” e o trabalhismo, pois este se consubstanciava numa expressão partidária sujeita às regras próprias do jogo político e da lei, vale dizer, numa agremiação (PTB) submetida a um campo mais estreito de alianças e a um menor leque de táticas eleitorais. O “queremismo”, em linguagem metafórica, era o forte vento a inchar as velas da nau trabalhista. Na expressão de Alberto Pasqualini, o maior dos teóricos do trabalhismo: “o queremismo é sentimento e intuição. O trabalhismo é ideia e concepção. O queremismo é a fé. O trabalhismo é a razão. Mas, a razão e a fé não se excluem, antes se completam”²⁸. Magistral, aliás, a observação de Ângela de Castro Gomes quanto à pontuação da sutil diferença entre os códigos comportamentais de uma e outra militância: “Trabalhismo e queremismo bebiam na mesma fonte; eram, basicamente, a mesma ‘ideia’. Mas é certo que, do ponto de vista organizacional, o PTB e o queremismo não eram a mesma coisa. O PTB, como partido que procurava seu registro junto à Justiça Eleitoral, estava definido pelas regras do jogo político. Devia formalmente ater-se a elas, e Getúlio não era um candidato fácil de ser lançado. Uma vinculação aberta entre PTB e Vargas em termos eleitorais comprometeria o ministro e o Ministério do Trabalho; comprometeria o próprio partido e, sobretudo, todo o processo de transição; já o queremismo era um movimento social que tanto podia correr à margem das regras do jogo, quanto podia efetuar todos os tipos de alianças, sem qualquer compro-

²⁷ Corria pelas ruas da capital, em tom de blague, uma espirituosa tirada que talvez expressasse um possível pensamento de Getúlio: “Meu candidato é o Eurico; mas se houver oportunidade, mudo uma letra e... Eufico!”.

²⁸ NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach; MIRANDA, Márcia Eckert (orgs.). **O pensamento político de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: CORAG/ALERGS, 2005, p. 196.

metimento maior. Este era o caso das vinculações com o Partido Comunista, que apenas iriam alimentar ainda mais a desconfiança e o temor nutridos em relação ao movimento nos meios militares e também civis, quer de oposição, quer de situação” (GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, 3ª. edição, p. 284).

Em julho de 1945, no dia 06, um fato aumentou ainda mais a preocupação daqueles que desconfiavam do êxito na prometida reabertura política: o Ministério da Guerra, por meio do Aviso n.º 217-184, determinou ao Comando da 1ª. Região Militar que passasse a chefiar as unidades da FEB retornadas da Europa assim que elas desembarcassem em solo brasileiro. Na prática, isso significava o total e imediato desmantelamento daquela Força Expedicionária recém-içada ao estrelato. Noutras palavras, o ato ministerial apressava-se em desconstituir, o quanto antes, o grupo que, unido, viajara ao estrangeiro, combatera com sucesso, conquistara identidade, acumulara experiência e alcançara glória junto ao povo. A razão era simples: repelir o perigo de qualquer conspiração militar que pudesse visar o emprego dos “pracinhas” num eventual levante armado contra o governo (como já salientado no início deste tópico de n.º 3).

No dia 03/08/1945, o ministro da Guerra, general Dutra, se desligou do cargo para a disputa da eleição de 02/12. A desincompatibilização de ministro de Estado candidato à Presidência da República devia acontecer, segundo a lei eleitoral, em até 90 dias antes do pleito (Decreto-Lei n.º 7.586/1945, Art. 56, “a”). No seu lugar, assumiu a pasta o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Góes Monteiro não era uma figura estranha ao governo. Comandante militar na Revolução de 1930 e ex-ministro da Guerra entre janeiro de 1934 e maio de 1935, havia sido ele, ainda, um importantíssimo colaborador de Getúlio Vargas no golpe de 1937. E mais: Góes Monteiro, ao contrário de seu antecessor, era uma referência intelectual no Exército.

A ideologia militar de Góes Monteiro, porém, naquela atual conjuntura, seria mais uma peça a ser considerada no tabuleiro do intrincado xadrez político jogado por Getúlio. De um lado, con-

vinha ao presidente manter sob estrita vigilância, atrelado a um Ministério de Estado, um general que era o artífice de uma nova organização militar forjada a partir de 1930, quando os outrora tenentes (tenentismo), progredidos na carreira, já não viam com bons olhos a sublevação da baixa oficialidade do Exército em detrimento da hierarquia militar. De outro lado, preocupava a convicção de Góes Monteiro quanto à necessidade do alcance de um projeto de desenvolvimento nacional ao modo militar, com restrição das liberdades públicas e segundo os interesses das Forças Armadas. Tornou-se célebre a colocação do general sobre a importância em fazer-se a política “do Exército”, e não política “no Exército”. Não se exige muito esforço para que facilmente se perceba - e os ude-nistas logo o perceberam - que o ideário de Góes Monteiro seria infenso aos segmentos sociais tidos por “desordeiros” ou “indisciplinados”: sindicalistas, comunistas e “queremistas”, justamente os sustentáculos de Getúlio Vargas no pós-guerra²⁹.

O plano das relações internacionais também era tenso. Desde que assumira a representação norte-americana no Brasil, em janeiro de 1945, o embaixador Adolf Augustus Berle Jr. se dedicara a fomentar a reabertura política no país e o conseqüente fim do Estado Novo. Em 29/09/1945, por exemplo, num congresso de jornalistas acontecido em Petrópolis (Hotel Quitandinha), cidade serrana do Rio de Janeiro, o diplomata declarara que uma eventual quebra de compromisso de Vargas quanto à observância

²⁹ As proposições de Góes Monteiro, segundo o sociólogo Edmundo Campos Coelho, constituir-se-iam na base intelectual dos mentores do golpe de 1964: a) definição de um papel político claro das Forças Armadas em prol de uma pretensa “defesa nacional”, o que, em suma, significava ter como objetivo a eliminação dos “inimigos internos” do Estado (ou seja, todos aqueles que, de alguma forma, se opusessem ao projeto político-militar da “revolução”, notadamente os comunistas) e b) implantação de uma política econômica desenvolvimentista de extrema subserviência ao capital estrangeiro, principalmente o norte-americano (ao melhor estilo de Juracy Magalhães e de sua lapidar expressão: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”). Com efeito, diz Coelho: “(...) descontadas as diferenças de circunstâncias, a doutrina militar de Góes Monteiro é, no essencial, idêntica à doutrina de segurança nacional elaborada pela inteligência da Escola Superior de Guerra. Ela antecipa em mais de vinte anos a doutrina militar do regime instaurado com a Revolução de 1964” (COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 116).

do calendário eleitoral daquele ano - o grande temor dos setores liberais conservadores hostis ao governo - seria vista pelos EUA como “trágica”. A indelicada e inoportuna ingerência do dignitário *yankee* em assuntos domésticos do Brasil tinha, todavia, um propósito claro e definido, a saber, enfraquecer o populismo nacionalista que Getúlio encarnava. O populismo getulista, de cariz corporativo, interventor e providencialista, achava-se politicamente inserido num contexto de populismos crescentes na América Latina (Velasco Ibarra no Peru, Lázaro Cárdenas no México, e mais tarde, Perón na Argentina), o que, em tempos de “guerra fria” (mundo capitalista *versus* mundo comunista), podia significar um risco à hegemonia econômica e militar norte-americana no continente.

A interferência dos EUA nos rumos da política nacional e a pressão pela saída de Vargas são temas presentes no estudo de Antônio Pedro Tota sobre o período: “(...) a conjuntura mundial era outra. A Alemanha nazista não representava mais perigo. O mesmo valia para o Japão. Roosevelt, o *great and good friend* de Vargas, estava morto. Nelson Rockefeller não era mais o coordenador do *Office of Inter-American Affairs*. O Brasil, como grande fornecedor de matérias-primas, já não era tão indispensável. Nosso país também havia perdido sua importância estratégica na defesa do Atlântico Sul. O embaixador Jefferson Caffery, que fez com que Vargas ficasse com lágrimas nos olhos quando dele se despediu, estava na França, representando os Estados Unidos em um país mais importante. Vargas era agora um parceiro incômodo, com suas posições cada vez mais nacionalistas. Livrar-se dessa parceria era conveniente não só para a nova administração americana, como também para os oficiais das Forças Armadas brasileiras. Os mesmos que haviam ajudado a instaurar o Estado Novo. Ironicamente, esses oficiais tinham sido vistos pelos serviços secretos americanos como perigosos simpatizantes da Alemanha nazista. O novo embaixador, Adolf Berle, deu início a uma política de crescente antagonismo ao governo Vargas” (TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 126).

Voltando ao palco das manifestações públicas de apoio a Getúlio, no dia 20/08/1945, às 18h, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, os “queremistas” realizaram um grande comício transmitido por 58 emissoras de rádio para todo o Brasil³⁰. Outros comícios de grande apelo ainda se realizariam nos dias 30/08/1945, 07 e 15/09/1945 e 03/10/1945. Todos no Rio de Janeiro e com a complacência de Vargas. Na mobilização de 03/10/1945, aliás, declarou Vargas, de público, aos participantes do ato, que havia forças poderosas contra os interesses nacionais e que, diante de tal quadro, estaria ele, o presidente, sempre “ao lado do povo”. Era uma resposta inequívoca à provocação de Adolf Berle Jr. cinco dias antes. Valeu-se Getúlio, quiçá propositalmente, de uma expressão dúbia, que tanto podia ser interpretada como simples retórica, sem maiores consequências, quanto podia dar a entender estar ele disposto, conforme fosse a vontade popular, a não se afastar da presidência. O dado curioso (e irônico) da história é que naquele dia, 03/10, comemorava-se o aniversário da “Revolução de 1930”, exatamente o movimento político-militar que levara Getúlio, 15 anos antes, ao poder...

4. O CAVALO ENCILHADO QUE NÃO VEIO: A DERRUBADA DE GETÚLIO.

*“Na política, os ódios comuns são a base das alianças”
(Alexis de Tocqueville, aristocrata, historiador e magistrado francês do século XIX).*

No dia 27/10/1945, mais um comício “queremista” iria se realizar. Contudo, o chefe da Polícia Civil do Distrito Federal, João Alberto Lins e Barros, um ex-integrante do tenentismo muito ligado a Góes Monteiro e que se tornara a favor da redemocratização do país (fazendo-se, por isso, cada vez mais próximo dos opositores ao regime ditatorial imposto desde 1937), resolveu proibir a mani-

³⁰ BORGHI, Hugo. *A força de um destino*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 127.

festação. O fato gerou o descontentamento presidencial e, como resposta, João Alberto acabou substituído por Benjamim Vargas (o “Bejo”, irmão de Getúlio) no dia 25/10/1945, na Chefatura de Polícia. Não era, definitivamente, uma boa estratégia do Catete. “Bejo” era uma figura de reputação pra lá de duvidosa, tido como um homem violento, rude e boêmio. Sua nomeação para um cargo tão estratégico como aquele soava aos inimigos do Estado Novo como um recado claro de que Vargas precisava de alguém de sua mais estreita confiança para tentar se manter a todo custo na Presidência da República, repelindo - se preciso, com a força policial - quaisquer atos que, na capital do país, fossem contrários ao seu projeto político pessoal.

A malfadada nomeação de Benjamim Vargas para a Chefatura de Polícia merece a seguinte análise de Boris Fausto: “Um lance final desastroso, quando os líderes da oposição e os chefes militares articulavam sua queda, foi a nomeação de Benjamim Vargas - o “Bejo” - para a chefia de polícia do Distrito Federal, em substituição a João Alberto, responsabilizado por proibir a realização de um comício promovido pelo sindicalismo queremista. Por que Getúlio teria nomeado o irmão para um cargo com funções repressivas? Por que teria tentado se valer de um nome no mínimo discutível, frequentador assíduo dos cassinos, acusado de ser sócio dos banqueiros do jogo do bicho e de casas de prostituição, e de acumular uma fortuna de origem ilícita? Teria acreditado que, com a segurança do Rio de Janeiro nas mãos do irmão, disporia de um homem fiel capaz de dissipar intrigas e de reprimir os articuladores de sua queda? Seja como for, a nomeação de Bejo soou como uma provocação, como o último ato de uma deposição anunciada” (FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas. Coleção Perfis Brasileiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 154).

A burguesia antivarguista, com o apoio norte-americano, e forças conservadoras do alto-escalão militar (Dutra, inclusive) perceberam que era hora de apelar Getúlio Vargas da Presidência do Brasil; em definitivo e antes que fosse tarde. O “queremismo” dava sinais inequívocos de que podia vir a se transformar em um movimento de massas efetivamente vitorioso. Fortalecer-se-ia, a

partir daí, o sindicalismo populista, algo nada palatável para as elites patronais. Ninguém duvidava, ante o quadro político que se desenhava, de que as eleições de 02/12 estivessem mesmo a correr sérios riscos de atropelo. Havia, ainda, o apoio dos comunistas do PCB a uma “Constituinte com Getúlio” e a intolerância dos EUA, da Igreja, do empresariado e do oficialato militar a um possível alinhamento do Brasil ao mundo soviético. Na noite de 29/10/1945, sob o comando do Ministro da Guerra, general Góes Monteiro, tropas do Exército cercaram o Catete e depuseram o presidente. Getúlio, que já não tinha meios eficazes para negociar a sua permanência e nem para resistir à própria derrubada (articulada dentro do Estado-Maior das Forças Armadas), formalizou a sua renúncia e se retirou para São Borja, no Rio Grande do Sul. Logrou, contudo, obter, manter hígidos os seus direitos políticos. Era o fim do Estado Novo³¹.

5. SOB O SOL DOS NOVOS DIAS: O GOVERNO TRANSITÓRIO DE JOSÉ LINHARES E AS ELEIÇÕES DE 1945

“Ele disse: vote em Dutra!”

(frase engendrada pelo trabalhista Hugo Borghi após encontro com Getúlio, em São Borja, em novembro de 1945, e que depois de maciçamente veiculada em panfletos, apesar do pouco tempo restante de campanha, virou o resultado da eleição

³¹ A queda de Vargas foi assim noticiada pelo pequeno jornal clandestino paulista “Resistência”, de oposição ao regime, na edição de 30/10/1945: “Por volta das 18 horas, tropas do Exército ocupavam a praça da República, colocando imediatamente nos principais entroncamentos metralhadoras. O trânsito ficou desde logo impedido para veículos, salvo os de caráter forçado. E quanto aos pedestres, só podiam passar os que se destinassem a suas residências. Às 18,30 horas, tivemos informações de que as tropas motomecanizadas sedeadas no Derbi Clube compostas de tanques, se dirigiam para o centro da cidade, certamente para reforçar as que já se encontravam na Praça da República. (...). Pouco depois das 19 horas, três caminhões do Exército, com soldados armados, saíram do Ministério da Guerra em direção ao Palácio do Catete, a fim de guarnecê-lo. Também o Palácio Guanabara estava guarnecido por tropas que imediatamente interditaram o trânsito pelas ruas Paissandu e Álvaro Chaves. (...). Às 11,30 da noite de ontem, depois dos acontecimentos que são do domínio público, o Sr. Getúlio Vargas renunciou, entregando o Governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares” (Resistência [jornal]. São Paulo, edição de 30/10/1945).

que até então pendia a favor de Eduardo Gomes. A vitória de Dutra mostrou a força da popularidade de Getúlio).

“Não necessito dos votos dessa malta de desocupados que apóia o ditador para eleger-me Presidente da República”
(Eduardo Gomes, em resposta esnobe que tornara evidente o seu erro de avaliação acerca do cacife eleitoral de Getúlio para fazer vingar a candidatura insossa de Dutra).

Deposto Getúlio, assumiu imediatamente a Presidência da República o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares, cearense de Baturité, ex-advogado e ex-desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal. Sua posse ocorreu ainda na noite de 29/10/1945, no gabinete de Góes Monteiro. A Constituição de 1937 não previra o cargo de Vice-Presidente da República. Daí a solução propugnada pela UDN e aceita pelos militares: investir no mais alto cargo político do país o chefe da cúpula do Poder Judiciário. O “mandato-tampão” de Linhares foi breve (três meses). De seu governo, encerrado em 31/01/1946, participou vivamente a UDN. O principal compromisso assumido pelo magistrado alçado, por circunstâncias do destino, à Presidência do Brasil, foi o de garantir a realização das eleições de 02/12/1945. Das medidas que tomou, destacam-se: a) a revogação da “Lei Maíla”, em 30/10/1945 (para o largo contentamento das elites urbanas e dos udenistas); b) a nomeação, em 01/11/1945, do amigo Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, filho de tradicional família militar carioca e desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, para o exercício da Chefatura da Polícia da Capital; c) a edição da Lei Constitucional n.º 12, em 07/11/1945 (que revogou o Art. 177 da Carta de 1937, dispositivo que autorizava a aposentadoria/reforma compulsória de funcionários públicos civis e militares a juízo exclusivo do governo); d) a edição da Lei Constitucional n.º 13, em 12/11/1945 (que conferiu poderes constituintes ao Parlamento que viesse a ser eleito em 02/12); e) a edição da Lei Constitucional n.º 14, em 17/11/1945 (que extinguiu o Tribunal de Segurança Nacional, tribunal de exceção do Estado Novo); f) a edição da Lei

Constitucional n.º 15, em 26/11/1945 (que dispôs sobre os poderes da futura Assembléia Constituinte); e g) a criação do Fundo Rodoviário Nacional pelo Decreto-Lei n.º 8.463, de 27/12/1945 (“Lei Joppert”), com vistas ao financiamento de construção de estradas pelos Estados. Nenhuma dessas medidas, porém, se sobressaiu mais do que a sua incrível desenvoltura na “arte” de nomear parentes para cargos públicos. Um jocoso bordão da época advertia: “Os Linhares? São milhares!”. Dizia preferir ser temporariamente criticado pela imprensa e pela opinião pública do que permanentemente censurado pela família, com a qual teria de conviver pelo resto dos dias. O jornalista Augusto Nunes assim nos conta sobre o empreguismo de parentes levado a cabo pelo novo, mas transitório governo de José Linhares: “Três meses são quase nada. Bastaram, contudo, para que José Linhares aprendesse a manejar, com bastante agilidade, a caneta que nomeia. Aprendeu a sacá-la com notável destreza, principalmente para infiltrar parentes no serviço público. Censurado pela prática do que os jornais ainda nem chamavam de nepotismo, foi à réplica com uma argumentação brasileira. No palácio ficaria pouco, lembrou; mesmo críticos mais ásperos logo haveriam de esquecê-lo. Não era o caso da parentela. Com essa, teria de conviver até seu último suspiro. Conduzido pelo destino à bifurcação que não buscara, optou alegremente pelo caminho da popularidade doméstica. Não deixou sem salário, pensão ou ajuda de custo nenhum parente batido por maus ventos. Mas também nunca ouviu nenhuma queixa em casa” (NUNES, Augusto. “Os patriarcas no outono José Linhares”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, edição de 29/06/2003).

Enquanto os Linhares ingressavam alegremente pelas janelas do serviço público, desenrolavam-se as campanhas eleitorais de 1945, especialmente as presidenciais. Polarizada a disputa entre Eduardo Gomes, da UDN, e Eurico Gaspar Dutra, do PSD, a corrida pelo Catete ainda contava com as candidaturas menos expressivas de Yeddo Fiúza, do PCB, e de Álvaro Rolim Telles, do pequenino Partido Agrário Nacional (PAN). Prestes saiu candidato ao Senado. Tratava-se de uma eficaz estratégia de sobrevivência política do prócer comunista no jogo democrático. Sabia que sagrar-se presidente era uma

possibilidade muitíssimo remota. Não quis correr o risco de ficar de fora da Constituinte de 1946. Lançou-se candidato a um cargo mais palpável e deixou que o engenheiro Fiúza fosse a opção do “partidão” para o pleito majoritário. O PTB, que não lançou candidato próprio à presidência (frustrara-se com a queda de Vargas), “rachou”: uma ala do partido, encabeçada por José de Segadas Viana e Paulo Baeta Neves, defendia o voto em branco; outra, capitaneada por Hugo Borghi, mostrava-se a favor do apoio a Dutra.

Quanto aos dois principais aspirantes ao Catete em 1945 (Eduardo Gomes e Dutra), pode-se asseverar que ostentavam perfis completamente distintos. Sobre Eduardo Gomes, já o descrevemos no item 3.1.4., especialmente na nota de n.º 22 deste texto. Sua campanha, com máximas do tipo “Lembraí-vos de 37”, empolgava a direita nacional. Dutra, por sua vez, era um sujeito atarracado, conservador, de nenhum carisma e péssima dicção (língua presa). Seus discursos de campanha eram enfadonhos e não chegavam a atrair a atenção de muitos interessados. Além do mais, o candidato do PSD não guardava qualquer identificação com a massa trabalhadora, de quem dependia diretamente para a viabilidade de sua vitória. A levar em conta o cenário que se esquadrihava entre os dois candidatos, o êxito eleitoral da UDN na corrida presidencial parecia ser apenas uma questão tempo, ou seja, de espera pela realização da votação e término do escrutínio.

Getúlio, que desde a deposição vinha se mantendo recluso na estância da família em São Borja (RS), era sempre evasivo quando questionado acerca de um possível retorno à vida pública. Não descartava a hipótese, mas tampouco a considerava com a devida seriedade. A disputa presidencial de 1945 nem de longe o empolgava. Não via como emprestar apoio a nenhum dos candidatos. Fiúza e Rolim Telles eram nomes sem qualquer viabilidade eleitoral. A UDN de Eduardo Gomes era uma legenda inimiga. Dutra, por fim, era um candidato sem luz própria e partícipe da conspiração militar que o defenestrara da presidência da República. Persuadido, contudo, por Hugo Borghi e pela ala do PTB que entendia ser mais vantajosa para os trabalhistas uma vitória do PSD a um triunfo da UDN, o ex-presidente, em meados de novembro, acabou se lançando candidato à

Câmara Federal por nove estados e ao Senado por cinco, algo possível segundo a legislação da época, e ainda se prestou a manifestar apoio à candidatura de Dutra, em cujo governo - acreditava - era mais provável tivesse o PTB algum espaço político.

“Ele disse: vote em Dutra!”: esta frase, elaborada por Hugo Borghi como se fora um recado claro de Getúlio aos trabalhadores, passou a ser o lema de campanha do PSD. A mobilização obreira em prol da candidatura do general, fato só tornado possível em razão da liderança e do carisma de Getúlio junto ao povão, foi, sem dúvida, o ponto de virada da corrida presidencial. A reação de Eduardo Gomes não tardou, mas foi completamente desastrosa. Em um virulento discurso proferido na cidade do Rio de Janeiro, dissera não precisar dos votos provenientes da “malta de desocupados” que apoiavam o ex-ditador do Estado Novo para eleger-se ao Catete. Claro que a infeliz declaração do candidato da UDN foi muito bem explorada por Borghi, que dias depois, num discurso de campanha proferido no interior de São Paulo, acusara o brigadeiro de ter desprezado os votos dos “marmiteiros”. Daí em diante, a marmitta foi alçada a inesperado símbolo de campanha e no dia 02/12/1945, de forma absolutamente admirável, o general Dutra acaba por vencer as eleições presidenciais batendo Eduardo Gomes com uma diferença de 1.212.165 votos. Getúlio, por sua vez, também se elege deputado por sete Estados (RS, PR, SP, DF, RJ, MG e BA), todos pelo PTB, e senador por dois (RS, pelo PSD, e SP, pelo PTB), optando pelo exercício do mandato no Senado como representante de seu Estado natal (RS).

As urnas revelaram, ainda, o excelente desempenho dos comunistas do PCB. Yeddo Fiúza recebeu 569.818 votos (número que representava quase 10% do eleitorado) e Prestes elegeu-se senador pelo Distrito Federal. O partido vermelho, com mais de cem mil filiados, arrebatou 14 das 286 cadeiras da Câmara dos Deputados, sagrando-se, com isso, como a quarta força eleitoral do Parlamento³².

³² Sobre a disputa presidencial de 1945 e o apoio de Getúlio a Dutra como fator decisivo para a derrota de Eduardo Gomes nas urnas, Luís Carlos Prestes externaria, já nos idos de 1981, para os jornalistas Denis de Moraes e Francisco Viana, o seguinte julgamento avaliativo do

A composição parlamentar (Câmara e Senado), após o resultado das eleições de 1945, ficou assim: Partido Social Democrático (PSD), 177 cadeiras; União Democrática Nacional (UDN), 87 cadeiras; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 24 cadeiras; Partido Comunista do Brasil (PCB), 15 cadeiras; Coligação União Democrática Nacional (UDN)/Partido Republicano (PR), 8 cadeiras; Partido Republicano (PR), 7 cadeiras; Partido Popular Sindicalista (PPS), 5 cadeiras; Partido Democrata Cristão (PDC), 2 cadeiras; Partido Republicano Democrático (PRD), 1 cadeira; Partido Agrário Nacional (PAN), 1 cadeira; Partido Libertador (PL), 1 cadeira. Total: 328 cadeiras.

Ultrapassadas as eleições de 02/12, José Linhares, o presidente interino da República, faz baixar, no dia 31 daquele mesmo mês, a Lei Constitucional n.º 19, que marcava para dali trinta dias, ou seja, para o dia 31/01/1946, às 14h00m, a posse do novo presidente eleito.

Empossado Dutra, instalaram-se os trabalhos da Assembleia Constituinte a 01/02/1946.

6. A CONSTITUINTE DE 1946: MARCHAS E CONTRAMARCHAS DE UM PROJETO DE NAÇÃO

“Li várias vezes esse projeto, e sempre com a impressão de que seus dispositivos pouco se ligavam ao espírito de nossa época e às condições do Brasil. (...). Se esse projeto não for profundamente, essencialmente modificado, a Constituição de 1946 levará o Brasil ao marasmo ou à ditadura.”

PCB: “Antes de convidar Yeddo Fiúza, nós, comunistas, fizemos todos os esforços para que o Prestes Maia, que fora prefeito de São Paulo, aceitasse a candidatura. Era um bom nome: gozava de prestígio junto a Getúlio e, por isso, carregaria os votos do PTB, que era o que estávamos perseguindo. Ele vacilou até a última hora e acabou por não aceitar. Escolhemos Fiúza porque também era homem próximo a Getúlio e poderia dar à nossa legenda os votos do PTB. Não estávamos atrás de nomes, mas de um candidato que pudesse ter o apoio do PTB. Aliás, cometemos um erro em não procurar Getúlio e pedir que ele apoiasse Fiúza. Foi o lance da audácia que nos faltou e que Dutra pôs em prática” (MORAES, Denis de. & VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982, 2ª. edição, p. 111).

(Álvaro Lins, político, advogado, jornalista, crítico literário e redator-chefe do **Correio da Manhã** nos anos 1940-1956, em opinião visionária³³ sobre o “Projeto de Constituição” elaborado pelos constituintes de 1946).

Examinando-se o perfil socioeconômico dos parlamentares de 1946 e levando-se em conta, ainda, que o PSD (centro-direita) e a UDN (direita), embora partidos adversários, aquinhavam, juntos, mais de 80% das cadeiras do Parlamento, fica fácil perceber que o cenário político-institucional instaurado no país após as eleições de dezembro de 1945 não era muito favorável à promoção, a partir do texto constitucional a cargo da Assembleia Constituinte, de mudanças estruturais mais profundas na organização da sociedade brasileira. No PSD, por exemplo, 65,4% da bancada era de profissionais intelectuais, assim entendidos aqueles com maior grau de qualificação educacional formal (advogados, contadores, jornalistas, professores, oficiais militares, burocratas estatais, médicos, engenheiros etc.). O bacharelado em Direito era, de longe, a graduação mais recorrente entre os membros do partido. Já 34,6% dos parlamentares do PSD vinham do empresariado (comerciantes, industriais, banqueiros e demais homens de negócio) e das elites rurais (donos de terra). Ninguém na legenda sobrevivia de ocupações puramente manuais (sobre os dados percentuais acima citados, cf. BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. V. 1. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998, p. 76). Na UDN, os números eram bem próximos aos do PSD; e no PR também não havia parlamentares oriundos de categorias profissionais de baixa ou nenhuma qualificação educacional formal. Os trabalhadores exclusivamente manuais (operários, artesãos etc.) só vão aparecer com maior representatividade no PTB (17,4%) e no PCB (50%).

³³ LINS, Álvaro. *A glória de César e o punhal de Brutus. Ensaios e estudos (1939-1959)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, 2ª. edição, p. 245-247.

Outro ponto de destaque da silhueta parlamentar em 1946 consistia no compromisso dos congressistas na defesa intransigente do direito de propriedade, embora a esquerda política, notadamente por força da bancada comunista do PCB, tenha trabalhado duramente para ver incluídas, no texto final da Constituição, cláusulas que tornassem realidade a relativização desse direito individual tão distorcido ao longo da história brasileira, como as que previam a necessária observância de sua função social, a desapropriação de imóveis desocupados e a serviço da especulação de mercado, a reforma agrária e a progressiva nacionalização de bancos, empresas de capitalização e de seguros. Claro que foram rejeitadas as propostas mais radicais, e relegadas à regulamentação ordinária outras mais cuja aprovação acabou por acontecer. Aliomar Baleeiro, que fora constituinte em 1946 pela UDN da Bahia, jurista de renome e ministro do STF de 1965 a 1973, declarou certa feita, em obra dedicada ao Direito Tributário, que a esmagadora maioria do Parlamento era conservadora e vinculada, direta ou indiretamente, aos interesses dos proprietários, notadamente de bens de raiz: “A Constituinte de 1946 - se for objeto de estudos quanto à composição social e profissional de seus membros, a exemplo da aguda investigação de Charles Bear sobre a Convenção de Filadélfia - revelará que congregava maciçamente titulares de propriedade. Mais de 90% dos constituintes eram pessoalmente proprietários ou vinculados por seus parentes próximos - pais e sogros - à propriedade, sobretudo imobiliária. Compreende-se que desse corpo coletivo jamais poderia brotar texto oposto à propriedade” (BALEIRO, Aliomar. **Limitações constitucionais ao poder de tributar**. Rio de Janeiro: Forense, 1960, 2ª. edição, p. 238).

A desigual distribuição fundiária no país foi tema de discurso de Luís Carlos Prestes numa de suas falas à Assembleia Nacional Constituinte, em junho de 1946. Da tribuna do Senado, Prestes expusera a situação-problema da concentração de terras nas mãos de alguns poucos privilegiados no meio rural brasileiro e a proposta dos comunistas para a redação do dispositivo constitucional relativo ao direito de propriedade (proposta encaminhada a plenário através do Destaque n.º 3.098): “(...) Dos 41.574.894 ha-

bitantes do Brasil, 28.432.831, ou seja, 68,39% vivem no campo. (...). Para 9.166.825 de pessoas que têm ocupação ativa na agricultura e pecuária, existem apenas 1.903.868 propriedades rurais (a França, com uma população igual à do Brasil e uma superfície muito menor, possui 5 milhões de propriedades). Admitindo que cada proprietário tenha apenas uma única propriedade (não raro tem mais de uma), chegamos à conclusão de que são proprietários somente 20,8% dos que labutam na agricultura e pecuária, ou 6,7% dos moradores do campo, ou ainda 4,6% dos habitantes do Brasil. (...). O conceito de propriedade, como atualmente está na Constituição, é, ainda, obstáculo terrível para qualquer reforma agrária, reforma constitucional como a que defendemos neste momento. As emendas que propomos substituem a redação desses parágrafos por outra. Quanto ao § 21, do artigo 159, sugerimos esta: ‘É garantido o direito de propriedade, desde que não seja exercido contra o interesse social ou coletivo, ou quando anule, na prática, as liberdades individuais proclamadas nesta Constituinte ou ameacem a segurança nacional’. Aí nos referimos mais aos *trusts* e cartéis, aos bancos estrangeiros; quanto aos direitos elementares, sabemos que, nas grandes propriedades, os direitos dos proprietários são superiores a todos os direitos de seus trabalhadores, aos mais elementares direitos dos cidadãos, que vivem sujeitos ao chicote do capataz, ao regime brutal dos restos do feudalismo...” (PRESTES, Luís Carlos *apud* STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil (3): Programas de reforma agrária, 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 17-28).

Nunca foi fácil, porém, falar em reforma agrária no Brasil. Trata-se de assunto extremamente sensível, notadamente porque envolve redistribuição de renda, justiça social, perda de privilégios e quebra de poder. Pode-se imaginar, então, quão delicado era tocar na questão agrária no curso de uma constituinte nos anos 1940, quando a população urbana do Brasil - crescente-se - representava menos de um terço da população total do país! Como muito bem sintetiza Paulo Martinez: “Na cúpula da sociedade, os detentores do poder econômico diversificavam as suas aplicações. Um grande proprietário agrícola tinha negócios na indústria e no

comércio, da mesma forma que aqueles que enriqueciam na cidade procuravam tornar-se fazendeiros. A fusão de capitais dos diferentes ramos econômicos fortaleceu a solidariedade de classe entre os donos desses capitais. Os interesses e necessidades específicos de cada ramo podiam criar disputas internas, mas não conflitos inconciliáveis. Principalmente num ponto os diferentes ramos capitalistas demonstravam uma extraordinária unanimidade de opinião: o que se refere à população trabalhadora. O sentimento de propriedade e o direito de usar e dispor da força de trabalho, como melhor convenha, são exatamente iguais em todos os donos de qualquer ramo econômico” (MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1996, 12ª. edição, p. 20).

A proposta comunista versada no Destaque n.º 3.098 restou rejeitada. “O texto constitucional”, porém, como já o dissera Nagib Slaibi Filho, “só é documento jurídico quanto ao seu resultado: não é o Direito que rege sua origem, mas a Política” (SLAIBI FILHO, Nagib. “A norma constitucional”. **Revista da EMERJ**, v. 5, n.º 17, Rio de Janeiro, 2002, p. 124-153). Assim, fruto do consenso possível entre conservadores e progressistas, finalmente assim dispôs a Constituição de 1946 sobre a questão da propriedade: “Art. 147. O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no Art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”.

A desapropriação por interesse social (leia-se: desapropriação-sanção para fins de reforma agrária), constituiu-se, entre nós, em verdadeira inovação constitucional, mas o preço da novidade em uma sociedade desigual e de perfil autoritário-conservador seria invariavelmente cobrado quase 18 anos depois: “A desapropriação para a reforma agrária, mediante a indenização com obrigações do governo, foi um dos pretextos para o Movimento Revolucionário [?] de 1964” [original sem o ponto de interrogação] (MELO, José Tarcizio de Almeida. **Direito Constitucional do Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 1100).

Outro assunto pelo qual o PCB lutou bastante dizia respeito à inserção, no corpo do Código Político, do direito de greve

como direito do trabalhador. O Decreto n.º 9.070, de 15/03/1946 (governo Dutra), que dispunha sobre a “suspensão ou abandono coletivo do trabalho” (*sic*), impedia, na prática, o estado de greve, pois inúmeras eram as burocracias a serem previamente cumpridas pela classe obreira para o adequado exercício de tal direito. Como exemplo, pinça-se a exigência da notificação prévia e escrita ao Departamento Nacional do Trabalho ou à Delegacia Regional correspondente, por trabalhadores e empregados interessados, ou por suas associações representativas, da ocorrência de dissídio (*lide*) capaz de determinar a cessação coletiva do trabalho, os seus motivos e os fins perseguidos pela categoria (Art. 4.º). Prestes, em nome do partido, reportando-se ao aludido decreto, tomado por reacionário, declarou, em abril de 1946, “que o princípio relativo ao direito de greve deve ser proclamado numa nação que se organiza democraticamente, mesmo que o país conte - como contamos - com uma justiça própria aparelhada para dirimir contendas entre empregados e empregadores, com base na legislação social” (PRESTES, Luís Carlos *apud* PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas e a Constituinte de 1946 - por ocasião do 60.º aniversário da Constituição de 1946. Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n.º 2, Porto Alegre, dezembro de 2006, p. 184). A greve, por fim, acabou por constar do texto final da Constituição de 1946 (o que foi outra novidade no Direito Constitucional Brasileiro), mais precisamente no Art. 158, embora por meio de norma de eficácia limitada, vale dizer, dependente de regulamentação posterior: “É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”.

Gratuidade de justiça para os trabalhadores rurais, distribuição igualitária de recursos aos municípios e estabilidade para o funcionalismo público foram, a exemplo da reforma agrária e do direito à greve, alguns dos outros temas nacionais também abraçados pelo PCB na Constituinte de 1946. Para marcar posição contra a política imperialista norte-americana, o partido igualmente denunciou o propósito dos EUA de instalar bases militares no Brasil com vistas à defesa do continente quando de uma hipotética agressão por parte da URSS. Disse Prestes à Assembleia Constituin-

te: “As nossas forças armadas passarão à categoria de elementos submissos às forças armadas norte-americanas. É inevitável. Pela maneira por que está sendo projetado nos Estados Unidos esse bloco pan-americano, essa organização militar do continente, visa ele colocar nossas forças armadas frente ao exército ultramoderno dos Estados Unidos, nas condições – tomadas as devidas proporções – de nossas polícias estaduais frente ao Exército Nacional. E mais dia menos dia, teremos o nosso Exército, com soldados brasileiros, sob o comando de oficiais norte-americanos. É esse o caminho, é essa a tendência do imperialismo ianque. Estamos alertando. Ninguém mais do que nós deseja que isso não se realize, e lutaremos contra tal coisa” (PRESTES, Luís Carlos. “Paz indivisível”. *In: Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947, p. 354).

A vida legal do PCB perduraria até maio de 1947, quando o seu registro partidário seria, então, cassado pelo TSE.

A história da cassação do PCB, na verdade, começou em 23/03/1946, quando os deputados Edmundo Barreto Pinto e Himalaya Vergolino, ambos da ala direitista do PTB, apresentaram ao TSE denúncias de que o partido vermelho era um organismo internacional. Dias antes, em 16/03, a Tribuna Popular publicara uma declaração dada por Prestes no correr de um debate na Associação dos Funcionários Públicos do Rio de Janeiro, onde este dissera - após perguntado de que lado ficariam os comunistas em uma possível guerra do Brasil contra a URSS - que o partido, na hipótese ventilada, condenaria o ato criminoso e o governo que levasse os brasileiros a uma guerra imperialista.

O procurador-geral eleitoral, Temístocles Brandão Cavalcanti, no dia 27/03, exarou parecer pelo arquivamento das representações, e isso por não vislumbrar indícios suficientemente fortes para justificar a instauração de processo que visasse o alcance de medida tão extrema como a da cassação de registro partidário. O TSE, porém, recusou o arquivamento, e o processo foi levado adiante por obra do subprocurador eleitoral Alceu Barbêdo, após Temístocles Brandão Cavalcanti ter se declarado impedido para prosseguir no feito.

Em janeiro de 1947, o deputado Benedito Costa Neto (PSD-SP) enviou ao TSE documentos que supostamente comprovavam uma duplicidade de estatutos do PCB. Em renhida votação, por 3 votos a 2, o TSE, enfim, concluiu ser o PCB uma agremiação antidemocrática e totalitária, posto que marxista-leninista (informação que não constara do estatuto protocolado na Justiça Eleitoral) e o pôs na ilegalidade, cassando-lhe o registro. Votaram pela cassação os magistrados José Antônio Nogueira, Francisco de Paula Rocha Lagôa Filho e Cândido Mesquita da Cunha Lobo. Restaram vencidos os magistrados Francisco Sá Filho (relator) e Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa.

Óbvio que a acusação contra o PCB fora articulada por setores conservadores incomodados com a combatividade da bancada comunista e sua luta a favor dos interesses populares, muitas vezes contrários aos interesses econômicos das vetustas oligarquias dominantes e reacionárias. Edmundo Barreto Pinto, por exemplo, um dos artífices das denúncias contra a sigla comunista, elegera-se deputado pelo PTB com apenas 200 votos (entrara como suplente de Getúlio, que preferira assumir a cadeira no Senado), ou seja, sem qualquer representatividade, e foi assim descrito por Carlos Chagas na obra **O Brasil sem retoque, 1808 a 1964: a história contada por jornais e jornalistas**, editada em dois volumes: “Ele era um bonachão, um ‘bon vivant’, casado com uma mulher muito rica, morava num verdadeiro palácio no Rio de Janeiro, em Botafogo. E ele não era um deputado atuante, de jeito nenhum” (CHAGAS, Carlos *apud* LESSA, Daniele. **Especial Cassações - Como as democracias lidam com a perda de mandato de parlamentares - (06’11”)**. Brasília: Rádio Câmara, 18/08/2005. Programa de rádio. Reportagem Especial. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=28633>. Acesso: 21.abr.2010). Mais tarde, Barreto Pinto seria cassado por quebra de decoro parlamentar ao deixar-se fotografar de sambacção, em pose vexatória, nas páginas de **O Cruzeiro**, numa jocosa artimanha arquitetada pela então famosa dupla de repórteres, David Nasser e Jean Manzon. Já Himalaya Vergolino, o outro denunciante do PCB, havia sido procurador do Tribunal de Segurança

Nacional, de triste memória, e era um conhecido anti-comunista carioca. O jornalista João Aveline o descrevera como alguém “sem a imponência da montanha, mas certamente com o impulso bandido de Lampião” (AVELINE, João. **Macaco preso para interrogatório: retrato de uma época**. Porto Alegre: AGE Editora, 1999, p. 54).

Em janeiro de 1948, a reboque da cassação do PCB, os mandatos dos parlamentares comunistas seriam igualmente cassados na Câmara dos Deputados pelo fato de estarem todos eles “sem partido”, situação proscria pela legislação eleitoral. Os comunistas ainda tentaram, sem sucesso, criar uma nova legenda - o Partido Popular Progressista (PPP), cujo registro, porém, não foi aceito³⁴.

A Constituição de 1946 quase não teve avanços sociais, o que, para alguns, gerava a estranha sensação de que se tratava o novel Código Político de um documento antiquado em relação aos ares democráticos que adejavam o país. PSD e PTB, criações de Getúlio, visavam basicamente evitar a aprovação de um novo desenho institucional incapaz de resguardar os espaços políticos até então conquistados pelas oligarquias emergidas a partir de 1930 (com a revolução de outubro) e também por lideranças burocráticas e trabalhistas despontadas a partir de 1937 (com o Estado Novo). A UDN, sempre na defesa dos interesses da burguesia liberal, não descurava, por sua vez, em desfiar da tribuna do Parlamento o rosário de rancores colecionados ao longo da segunda metade da “Era Vargas”. Sem uma significativa participação popular, os debates em plenário na Assembleia Constituinte gravitavam mais sobre ressentimentos passados e o medo comunista do que propriamente sobre um projeto de país. Conquistas sociais alcançadas posteriormente, e com mais ênfase no segundo governo Vargas (1951-1954) - que não é objeto deste estudo - deveram-se às normas jurídicas de caráter ordinário (infraconstitucional), e não à codificação

³⁴ PANDOLFI, Dulce. **Entre dois governos: 1945-1950. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>. Acesso em: 23.abr.2010.

constitucional propriamente considerada. Além do mais, como já pontuado acima, muitos dos direitos sociais contemplados no texto constitucional de 1946 ficaram relegados às normas programáticas (diretivas), dado relevante num tempo em que a doutrina constitucional clássica ainda conferia a tais expressões jurídicas formais uma importância menor, de corte unicamente ideológico-simbólico, porque despidas de aplicabilidade imediata³⁵. A rigor, não era de se estranhar essa marcha tímida dos direitos de segunda geração (direitos de igualdade) naquele momento singular da vida nacional. “Os pensamentos da classe dominante”, já nos haviam advertido, noutros tempos, Marx e Engels, “são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes” (cf. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 48).

7. A CONSTITUIÇÃO DE 1946: À GUIA DE CONCLUSÃO

“A história do mundo é o julgamento do mundo”
(Friedrich Schiller, poeta e filósofo alemão do século XVIII).

A 18/09/1946, enfim, foi promulgada, em tarde quente e ensolarada no Rio de Janeiro, a primeira Constituição brasileira pós-Estado Novo. A Assembleia Nacional Constituinte, é verdade, empenhou-se na elaboração de um texto que, se não moderno o bastante para romper velhas estruturas excludentes da sociedade brasileira e conduzir o país ao caminho da igualdade de oportunidades para todos os filhos da pátria, buscava ao menos ser o eficaz

³⁵ Cotejando as leituras clássica e moderna do Direito Constitucional sobre a significância das normas programáticas na Constituição, leciona Luís Roberto Barroso na obra *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira* (Rio de Janeiro: Renovar, 1993, 2ª. edição, p. 111): “(...) a visão crítica que muitos autores mantêm em relação às normas programáticas é, por certo, influenciada pelo que elas representavam antes da ruptura com a doutrina clássica, em que figuravam como enunciados políticos, meras exortações morais, destituídas de eficácia jurídica. Modernamente, a elas é reconhecido valor jurídico idêntico ao dos restantes preceitos da Constituição, como cláusulas vinculativas, contribuindo para o sistema através dos princípios, dos fins e dos valores que incorporam. Sua dimensão prospectiva ressalta, Jorge Miranda, é também uma dimensão de ordenamento jurídico, pelo menos no Estado Social”.

guardião de uma democracia política ainda primaveril surgida depois de quase oito anos de ditadura varguista.

Inspirada nas Constituições de 1891 (liberal) e 1934 (intervencionista), a Constituição de 1946, a quem se acusava de ter voltado as costas para o futuro, conjugava em seu texto princípios de um e de outro modelo econômico. Nascida em um mundo polarizado entre as ideologias que venceram a Segunda Guerra - o capitalismo e o socialismo - e preparada sob o exercício de um governo reacionário (Dutra), anticomunista, infenso à autonomia sindical, alinhado aos EUA e, logicamente, submisso às diretrizes do FMI, a Constituição de 1946, que perigou falhar na defesa da ordem democrática em 1954 (suicídio de Vargas), em 1955 (eleição de Juscelino), em 1956 (revolta de Jacareacanga), em 1959 (revolta de Aragarças) e em 1961 (renúncia de Jânio), não resistiu, contudo, à chegada de 1964 (reformismo de João Goulart). Mas isso, caro leitor, já é assunto para um outro artigo... 